Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME de Fazenda Rio Grande
Lei Municipal nº 1075/2015

Fazenda Rio Grande, Paraná
de 2023

**Publicado no Diário
Oficial Eletrônico
Nº238/2023 - Data: de 14
de dezembro de 2023.**

DADOS DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO

Tipo de Relatório: () de Monitoramento (X) de Avaliação

Período analisado: 2019- 2022

FICHA DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO										
PARTE A - DADOS CADASTRAIS	Município:	Fazenda Rio Grande	Cód. Município:	4107652	Microrregião	Curitiba	Mesorregião	Metropolitana de Curitiba	UF	Paraná
	Plano Municipal de Educação:	Lei nº1075/2015								
	Períodos de Avaliação previstos:	Quadriênio	Ano da primeira avaliação:	2019			Ano da segunda avaliação:2023			
	Comissão Coordenadora:	Telma Gonçalves de Azevedo, Celia Regina Ferreira Ianiski, Geonice Luiza Moreira de Araujo, Luciane Cristina Ramos Lopes, Lilia de Jesus de Lima Faria, Nara Regina Bressan, Elaine Santos, Marinalda Pauliv Pereira, Tatiane Berdusco de Souza, Wanderley Antonio Martins, Valéria Silva de Mello, Tatiane de Almeida Hagy Ribeiro, Priscila Lopes Alves, Alessandra Bombachini, Jaqueline Martins da Cruz, Berti Shara Arbighaus, Elisangela de Oliveira Delgado, Alvaro Sotarelli, Claudia Alzira de Souza Silva Cordeiro, Lucia Andreia Vicente Nascimento, Leziane Leocádio, Ademir Falk, Geliane Quemelo, Vanessa Romero Fróis Fagundes, Maria Angela Scolaro Lebedieff, Alessandra Polo, Leonardo de Paula Dias, Alesandro Bordignon Weiss, Hellen Cris Leite da Silva, Jéssica Daga, Vivien Viridiane Vignatti Martins, Gislaine Bruna Boriça, Maísa Marques de Arruda, Endiara Michele Gullich, Abel Mariano da Silva, Agnaldo Marcio de Lima, Silvana Honório de Souza Jesus, Camila Renata Lobo, Chaieny de Almeida Moraes, Itala Carla Ferreira Reis, Daiany Bittencourte, Eliane Maria de Sousa Silva, Elaine Gomes, Josiane Gonçalves Ribeiro, Frantieli Zagonel, Nataly Rodrigues da Silva, Rosangela Maria da Silva, Vera Lucia da Silva Franz, Fátima					Portaria 180/2017			

		Tuzi Marculino, Tatiane de Fatima Giliet, Priscila Aparecida Gonçalves Camargo, Neuci da Silva Kruchlak, Jocenýa Ap ^a Ribas Cordeiro, Luiza Edson Verbanek da Maia, Diomedes Aparecido dos Santos, Tatiana Cristina de Lara, Elzi Terezinha de Souza Bassani, Luiz Guilherme de Lima, Cyntia Dalazen Winiarski, Carolina Fernanda Schmidt, Elaine de Azevedo Michelino, Simone Barbosa, Ciro Ellenberger, Nubia Cristina Silva Cesar, Cassiana Franco, Roberta Peschel dos Santos			
	Equipe Técnica:	Célia Regina Ferreira Ianiski, Luciane Cristina Ramos Lopes, Lilia De Jesus Lima Faria, Nara Regina Bressan, Sandra Goss Velter Kuchnir, Telma Gonçalves De Azevedo.			Portaria 011/2023
	Contatos de referência:	Telefone:	(41)3608-7613	E-mail:	educacao@fazendariogrande.pr.gov.br

Relatório de Avaliação referente ao Período de 2019 a 2022

Em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE, Lei Federal nº 13.005/2014) e a Lei do Plano Municipal de Educação de Fazenda Rio Grande Lei nº 1075 de 2015 Estado do Paraná, que ressalta a necessidade de seu monitoramento contínuo e de avaliações que deve ser realizada a cada período de quatro anos, em observação ao cumprimento de tais orientações deu-se início em 14 de abril de 2023 às discussões e observações do monitoramento pelos membros da Comissão Técnica designada por meio da Portaria 11/2023 de 30 de março de 2023. As Reuniões aconteceram em seis momentos nos dias 14, 20 e 26 de abril e 04, 12 e 18 de maio, sendo estes encontros necessários e fundamentais para a elaboração do relatório levado para análise, discussão e avaliação das reuniões do Fórum Municipal de Educação. Sendo que na Reunião do dia 30 de junho os encontros ficaram definidos conforme cronograma - no dia 28 de julho avaliação das Metas 1, 2, 3 e 4, em 15 de agosto as Metas 5, 6, 7 e 8, dia 29 de agosto as Metas 9, 10, 11, 12, 13 e 14 e no dia 20 de outubro as Metas 15, 16, 17 e 18. Estas etapas consistem no levantamento de informações, compilação dessas informações e reuniões onde é discutido o processo de andamento do PME, bem como suas metas e estratégias. Durante esse processo mostrou-se relevante que outros setores da administração pública municipal, além da Secretaria de Educação se envolvessem, de forma a promover o conhecimento e ampliação da qualidade de informações coletadas. De forma a assegurar o processo democrático que caracteriza tal iniciativa, foi assegurado o envolvimento das instâncias responsáveis e a devida mobilização social para acompanhar sistematicamente o esforço na implementação das metas e estratégias do plano.

O presente relatório trata do período compreendido entre agosto de 2019 e dezembro de 2022; e, do ponto de vista metodológico, observou os procedimentos contidos no “Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação” (disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF).

Do ponto de vista das políticas educacionais, o trabalho de monitoramento reforçou a compreensão de que ele é imprescindível para o enfrentamento das desigualdades educacionais. Como tem sido a compreensão ao longo do trabalho de acompanhamento e avaliação das metas do Plano, entende-se que ele aponta objetivos e caminhos e oferece um conjunto de orientações às políticas públicas educacionais em uma perspectiva de longo prazo. Mesmo a pandemia tendo prejudicado sua consecução, o Plano Municipal de Educação (PME) abrange diversas ações e estratégias que podem ser referências de partida para o delineamento das ações propostas. Como será exposto no relatório, o desenvolvimento de cada um dos indicadores do monitoramento do PME tem uma dinâmica própria, com evolução e métricas distintas.

O Plano Municipal de Educação, por ser uma política para transição de longo prazo (dez anos), se desenvolve em uma combinação tensa, em que o presente pode comprometer o futuro – extremamente dependente dos resultados atuais.

O acesso à educação básica vem avançando significativamente ao longo do período de vigência do PME 2015 - 2025, seguindo a tendência histórica do Brasil de ampliação gradual e contínua. Contribuem para isso, de um lado, o esforço dos sistemas de ensino municipais e estaduais na ampliação da oferta de vagas em suas áreas de competência prioritárias, favorecido a partir da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e posteriormente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de outro, a tendência demográfica do crescimento da população em idade escolar, observada ao longo dos últimos anos na faixa etária de 0 a 17 anos, o que faz acelerar a cobertura escolar e pré-escolar, incluindo o atendimento em CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil). Contudo, muitos desafios ainda precisam ser superados para que as metas do Plano sejam alcançadas.

A configuração da rede urbana e das regiões metropolitanas tem sofrido modificações significativas ao longo das últimas décadas, principalmente a partir de 1980. Essas transformações também têm influência sobre os deslocamentos, sobre a migração, questões relacionadas ao mercado de trabalho, infra-estrutura e outros fatores econômicos, sociais e territoriais. Segundo Ribeiro (2007), ocorreram e ocorrem diversas transformações socioeconômicas que são caracterizadas por um

processo de absorção da população no interior dos espaços metropolitanos. Sendo assim, os municípios do entorno imediato ao polo passam a absorver, desde a década de 1990, uma parcela maior do incremento populacional das RMs.

O Município de Fazenda Rio Grande, como limítrofe da capital Curitiba, vem observando intenso crescimento populacional. O desenvolvimento econômico e as novas oportunidades de trabalho oferecidas em Fazenda Rio Grande nos últimos anos, se refletiram no aumento populacional do município. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população chegou a 148.873 pessoas, o equivalente a um aumento de 82,27% em comparação com o Censo de 2010 (81,7 mil habitantes). O Censo, também apontou Fazenda Rio Grande como a segunda maior cidade que mais cresceu no país dentre as que tinham menos de 100 mil habitantes. Mediante tal crescimento torna quase inviável ao Poder Público Municipal, garantir investimentos necessários para assegurar a oferta de serviços de qualidade a essa crescente população, principalmente se observado o fato de que dados oficiais que gerenciam o repasse de recursos não estavam atualizados com a frequência e velocidade necessários da demanda exigida.

Outrossim, reforçamos a magnitude dos trabalhos realizados pelo Fórum Municipal de Educação, instância que assegura a representatividade dos diversos setores da sociedade de nosso município, garantindo a efetivação do processo democrático de avaliação do Plano Municipal de Educação.

COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO de 2019 a 2022

Meta 1	Texto da meta										Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)	
1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PME										2025	Sugestão de nota técnica, alterando meta de atendimento para educação infantil em creches para 25%.	
INDICADOR													
INDICADOR 1A	Número de pessoas de 4 e 5 anos frequentando escola ou creche / Número total de pessoas de 4 e 5 anos) X 100										Prazo: 2016		
											Alcançou indicador?		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Meta prevista			100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Meta executada no período (dado oficial IPARDES)	77,8%	85,9%	113,0%	114,2%	117,9%	124%	112%	109,8%	107,1%				
INDICADOR 1B	Percentual de pessoas entre 0 e 3 anos que frequenta a escola/creche (Taxa de atendimento escolar)										Prazo: 2025		
											Alcançou indicador?		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Meta prevista												50%	
Meta executada no período (dado oficial)	17,2%	18,3%	19,0%	20,8%	22,0%	28,5	24,3%	23,8%	23,3%				

Meta 1					
Estratégias (da meta acima indicada)	Prazo	Previsão Orçamentária	Status	Executou estratégia?	Observações
1- Definir, em regime de colaboração com a União e o Estado, metas de expansão da rede pública de educação infantil segundo os padrões de qualidade previstos na legislação vigente.”	2018	R\$1.267.584,71	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2- Universalizar, a partir de 2016, o atendimento da demanda pré-escolar às crianças de 4 e 5 anos, em meio período, nas instituições de ensino fundamental que atendam aos padrões mínimos de infraestrutura estabelecida pela legislação vigente.;	2016		Concluída	Sim	Demanda 100% atendida
3- Otimizar a continuidade do cadastro de intenção de vagas para as crianças fazendenses de 0 a 3 anos, como forma de planejar o atendimento à demanda manifesta.	Anual	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim	Cadastro via Sistema vinculado ao site da prefeitura de Fazenda Rio Grande. Ampliação do horário de atendimento ao público.
4- Ampliar, em 4% ao ano de implementação do PME, o atendimento à demanda de 0 a 3 anos	2016	2 CMEIs Proinfância	Em desenvolvimento	Parcialmente	* 4% sobre o número total de crianças atendidas. 2023 inauguração 2 CMEI's. Valor das obras:R\$ 2.074.330,61 - Santa Maria R\$1.462.673,08 -

					Jardim Palmeiras Nº de crianças atendidas: 130 Nº de crianças CMEI - Ezilda 130
5- Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches autorizadas e regularizadas e/ou creches certificadas como entidades beneficentes na área da educação infantil para expansão da oferta na rede pública..	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	* Encontra-se em estudo para chamamento público
6- Adequar, em três anos, a partir dos padrões mínimos de infraestrutura e acessibilidade, os CMEIs, as salas de pré-escola e futuras ampliações, eliminando os espaços alternativos para atender as características da faixa etária e as necessidades do processo educativo, de acordo com a legislação vigente.	2018	Não previsto	Concluída	Sim	
7- Garantir que as novas construções de instituições públicas de Educação Infantil atendam aos requisitos de infraestrutura e acessibilidade de acordo com a legislação vigente	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Sim	
8- Implantar, até o segundo ano de vigência do PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base nos Parâmetros e Indicadores Nacionais de Qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos	2017	não se aplica	Em desenvolvimento		Indicadores de qualidade a serem implementados, já aplicado com a equipe interna, e planejamento para a aplicação com a comunidade no 2º semestre de 2023, para todos os CMEI's

pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores.					Infantil de 4 e 5 anos, planejamento para implementação em 2024, com início na Escola Marlene Barbosa, Alcides Mario Pelanda e Isabel C. S. Borges, como referência.
9- Assegurar o desenvolvimento e a avaliação da Proposta Curricular Municipal, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	2025	Não se aplica	Em desenvolvimento		Formação continuada, acompanhamento contínuo na hora atividade e nas salas referências.
10- Garantir as condições necessárias para a construção e implementação da Proposta Pedagógica nas instituições públicas de Educação Infantil, através de um processo coletivo de participação dos diretores, pedagogos, professores, funcionários e pais/responsáveis pelas crianças;	2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Parcialmente	Formação continuada, acompanhamento contínuo na hora atividade e nas salas referências.
11- Garantir a continuidade do atendimento especializado complementar e suplementar às crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, assegurando educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica, no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado.	2025	não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Atendimento contínuo conforme demanda, implementação das práticas colaborativas e avaliação individual quanto a necessidade da criança.
12- Assegurar, de acordo com a legislação vigente, os parâmetros para a organização dos níveis de atendimento na Educação Infantil, bem como a relação professor/criança;	2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim	Conforme a necessidade do município é assegurado e quando necessário utiliza-se a Deliberação 02/2014- CEE.

13- Garantir nos Centros Municipais de Educação Infantil a permanência dos profissionais no mínimo com formação do magistério e/ou em curso superior, habilitados na área de Educação, com carga horária semanal de 40 horas;	2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Parcialmente	Conforme a disponibilidade dos recursos humanos.
14- Assegurar, anualmente, a continuidade do fornecimento de materiais pedagógicos, mobiliários, livros de literatura e brinquedos adequados à faixa etária das crianças e às necessidades do trabalho educacional;	2025	Não se aplica	Em desenvolvimento	Sim	Aquisição de brinquedos conforme levantamento no ano anterior (saldo de contrato) Valor: R\$162.500,97 Para a complementação, estão em fase licitatória.
15- Realizar avaliação médica e nutricional das crianças quando do ingresso na Instituição de Educação Infantil, com a parceria e colaboração da área da saúde	2025	Não se aplica	Concluída	Sim	Crianças de 0 a 3 anos passam por avaliação médica no ingresso e o acompanhamento pelo programa Saúde na Escola.
16- Assegurar a continuidade da oferta diária de refeições que cubram as necessidades nutricionais quanto à alimentação, possibilitando às crianças de 0 a 5 anos atendidas durante o período letivo seu crescimento e desenvolvimento integral	2025	PPA/LDO	Concluída	Sim	
17- Promover, em caráter complementar, programas de acompanhamento e apoio às famílias das crianças de 0 a 5 anos que frequentam os Centros Municipais de Educação Infantil e Pré-Escola, nas áreas da saúde e assistência social quanto a atendimentos e orientações preventivas	2025	Não se aplica	Outro	Sim	Acompanhamento da Divisão Intersetorial e de proteção à criança em situação de risco.

18- Garantir o direito de acesso às creches e pré-escolas de crianças em situação itinerante, indígenas, ciganas, quilombolas e do campo, preferencialmente nas comunidades às quais pertencem	2025	Não se aplica	Outro	Não	Não houve demanda manifesta no período avaliado.
19- Assegurar a construção, inauguração, bem como o funcionamento de no mínimo um CMEI a cada 2 anos, conforme a necessidade da demanda da região, para que o direito da criança de 0 a 3 anos de frequentar a creche seja garantido.	2025	PPA/LDO	Concluída	Sim	2023 - CMEI Tereza Duarte 2023 - CMEI Profª Ezilda C. M. Moletta
20- Garantir a entrada da criança de zero a cinco anos em instituições que atendam os Parâmetros Nacionais de Qualidade, as Diretrizes Nacionais para Educação Infantil e que garantam a articulação com a etapa escolar seguinte, respeitando o corte etário 31 de março, visando ao ingresso do (a) educando de 6 anos de idade no Ensino Fundamental.	2025	Não se aplica	Concluído	Sim	
21- Garantir a organização das turmas da Educação do Campo, respeitando a especificidade das classes multisseriadas de acordo com o previsto na organização da Proposta Pedagógica e Regimento Escolar, nas turmas Tempos de vida II – Educação Infantil - Pré 4 e 5 anos com número de 20 alunos por turma	2025	Não se aplica	Concluído	Sim	
22- Garantir o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição	2025	PPA/LDO	Concluído	Sim	Não houve demanda manifesta no período avaliado.

territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada					
23- Assegurar a construção, inauguração, bem como o funcionamento de no mínimo um CMEI a cada 2 anos, conforme a necessidade da demanda da região, para que o direito da criança de 0 a 3 anos de frequentar a creche seja garantido	2025	PPA/LDO	Concluída	Sim	Manteve-se o ritmo de construções pré estabelecidos.

Obteve-se avanço significativo em termos de oferta de vagas para atendimento à meta em questão, porém em virtude da explosão demográfica latente na municipalidade ainda não avalia-se como suficiente para atendimento a demanda a nível Municipal. Avalia-se a necessidade de envidar esforços pelo poder público a fim de suprir o estabelecido na meta ou ainda aproximar-se do estabelecido na meta. Observou-se que houve algum movimento no intuito de estabelecer chamamento público para conveniar instituições com a finalidade de ampliação da oferta de vagas.

Meta 2	Texto da meta	Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)									
2	Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.	2025										
INDICADOR												
INDICADOR 2A	Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada).										Prazo: 2025	
	Alcançou indicador?											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista												95%
Meta executada no período (dado oficial)	114,4%	118,4%	112,8%	126,1%	132,4%	136,7%	137,7%	134,9%	147,9%			
INDICADOR 2B	Percentual de pessoas de 16 anos com, pelo menos, o Ensino Fundamental concluído.										Prazo: 2025	
	Alcançou indicador?											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista						Justificativa:						
Meta executada no período (dado oficial)	63,5%	63,5%	63,5%	63,5%	63,5%	Inviável, Não existe dado público municipal e anual que informe todas as pessoas com Ensino Fundamental concluído e que estejam dentro ou fora da escola.						
Meta 2												
Estratégias (da meta acima indicada)		Prazo		Previsão Orçamentária			Status		Executou estratégia?		Observações	

<p>1-Garantir mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos (as) do E.F, que seja efetivado por meio do plano de acompanhamento (PAP), portfólio do aluno, reunião com a família e perfil da turma</p>	2025	Não se Aplica	Concluído	Sim	<p>A partir do 2º ano de vigência do Plano o Município já havia desenvolvido mecanismos para cumprir a estratégia</p>
<p>2-Fortalecer e efetivar o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando a unidade de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude</p>	2025	Não se Aplica	Em desenvolvimento	Sim	<p>Transferência de renda direta às famílias. Monitoramento de frequência até o 5º ano. Formação SEED. Sigilo das informações</p> <p>Sistema presença.</p>
<p>3- Realizar periodicamente a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude por meio da rede de proteção e promotoria pública</p>	2025	Não se Aplica	Em desenvolvimento	Sim	<p>Rede de Proteção (Criação da Divisão Intersetorial) Fluxograma até o 5º ano. Busca ativa. Orientação Normativa 003/2023 da Divisão de Ações Intersetoriais.</p> <p>A Rede Estadual de ensino possui protocolo de procedimentos - SERP, Programa Presente na Escola.</p>
<p>4- Intensificar e mobilizar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares</p>	2025	Não se Aplica	Em desenvolvimento	Parcialmente	<p>Mobilização das famílias a fim de promover maior envolvimento</p>

dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias e demais órgãos que garantem o direito à educação;					na vida escolar dos seus filhos (Família na Escola). Dia de quem cuida de mim. Feiras do Conhecimento. Reuniões de pais etc.
5- Garantir, em regime de colaboração com o Estado, a oferta de matrícula do Ensino Fundamental, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades	2025	Não Previsto	Concluída para os anos iniciais		Estudo de demanda e impacto financeiro (parceria com o Estado). Não há atendimento do Estado para a Escola do Campo. Sugestão para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA de Escola Itinerante com consulta à comunidade.
6- Desenvolver formas alternativas de oferta de Ensino Fundamental, garantida a qualidade para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam à atividade de caráter itinerante;	2025	Não se Aplica	Outro	Sim	Atendimento conforme demanda.
7- Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante exames e concursos nacionais	2025	Não se Aplica	No Estado em desenvolvimento	Não	Não se aplica aos anos iniciais.
8- Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas numa perspectiva intersetorial;	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	não	Participação no circuito de corrida infantil na Região Metropolitana de Curitiba. Intensificar a parceria com a Secretaria do Esporte e com a

					Secretaria de Cultura a fim de atingir a totalidade das Escolas.
9- Desenvolver e articular tecnologias pedagógicas que combinem a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	sim	Escola Conectada e demais programas. PNLD Digital. Robótica.
40- Disciplinar, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;	2025	Não se Aplica	Não iniciada	Não	Nota técnica 001/2023 exclusão.
11- Garantir a organização das turmas da educação do Campo, respeitando a especificidade das classes multisseriada turmas multisseriadas, de acordo com o previsto na organização da Proposta Pedagógica e Regimento Escolar;	2025	Não se Aplica	Em desenvolvimento.	Parcialmente	Nota técnica 002/2023: para alteração. Substituir no texto o termo classes multisseriadas para turmas multisseriadas.
12- Garantir que nas turmas Tempo de Vida III – Ensino Fundamental-1º Ciclo (1º, 2º e 3º anos) o número máximo de 20 educandos na Escola do Campo;	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Sim	Número de alunos em 2023 1º ano : 9 alunos Número de alunos em 2023 2º e 3º anos: 18 alunos
13- Garantir que nas enturmações Tempo de Vida IV – Ensino Fundamental – 2º	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Parcial	Número alunos em 2023: 24 alunos

Ciclo (4º e 5º anos) o número máximo seja de 22 educandos, a partir da vigência deste Plano para a Escola do Campo;					Quando ocorre excedência do nº de alunos, é disponibilizado estagiário para o apoio a turma.
14- O Município, em regime de colaboração junto ao Ministério da Educação, em articulação e colaboração com o Estado, deverá, até o final do segundo ano de vigência deste Plano, elaborar e encaminhar ao Conselho Estadual de Educação, precedida de Consulta Pública Municipal, proposta de direitos e objetivos, aprendizagens e desenvolvimento para os alunos do Ensino Fundamental;	2017	Não Previsto	Em desenvolvimento	Sim	De acordo com a Proposta Pedagógica, os objetivos de aprendizagens foram implementados
15-Pactuar entre União, Estados e Municípios, no âmbito da instância permanente do que trata o inciso V do artigo 7º da Lei 13.005/14, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Concluído	Os direitos e objetivos de aprendizagem estão contemplados na proposta e a mesma está fundamentada na Base Nacional Comum Curricular, porém existe a necessidade de revisão editorial, gramatical, ortográfica e formatação para ser efetivada a publicação.

Avaliou-se os esforços realizados pela rede municipal de ensino com o intuito de cumprir a meta, assim sendo o trabalho pedagógico ocorre de forma sistemática. O acompanhamento pedagógico efetivado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação às instituições educativas também são frequentes com o intuito de assegurar que os estudantes sejam atendidos em suas necessidades. Sempre que possível as turmas são organizadas conforme previsto na estratégia, porém caso ocorra a excedência ocorre a disponibilização de apoio a turma , por meio de estagiários.

META 3

Meta 3	Texto da meta	Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)									
3	Universalizar até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas para Ensino Médio para 85%.	2016	Tarefa a ser executada em parceria com Governo Estadual, uma vez que trata do ensino médio. Vale ressaltar que as taxas de matrícula apresentadas no indicador 3. A não se refere à escolarização.									
		2025										
INDICADOR												
INDICADOR 3A	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.										Prazo: 2016	
											Alcançou indicador?	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista			100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Meta executada no período (dado oficial)	81,6%	85,3%	88,3%	90,7%	94,6%	86,3%	109,2%	89,6%	125,5%			
INDICADOR 3B	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.										Prazo: 2025	
											Alcançou indicador?	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista												85%
Meta executada no período (dado oficial)	61,7%	65,6%	69,0%	68,9%	69,9%	70,9%	81,5%	71,7%	106,5%			
Meta 3												
Estratégias (da meta acima indicada)		Prazo		Previsão Orçamentária			Status		Executou estratégia?		Observações	

<p>1- Estabelecer em regime de colaboração com o Sistema Estadual a ampliação de oferta e matrícula no Ensino Médio, incluindo as populações em situações itinerantes da educação do campo, indígenas, ciganas e quilombolas, preferencialmente em suas comunidades;</p>	2018	Não Previsto	Em desenvolvimento	Sim	<p>O Município fez um termo de cessão de uso do prédio situado na Rua Dinamarca 737. Dualidade administrativa do prédio situado à Travessa Pinhão, 110, Construção de 10 salas de aulas. Doação de 3 (três) áreas para construção de Escolas Estaduais. Todas as ações são em áreas urbanas</p>
<p>2- Estabelecer em regime de colaboração entre o Sistema Estadual de Ensino e CEAOP a garantia da utilização de programas específicos, destinados aos educandos com o objetivo de ampliar a incorporação das tecnologias da informação, comunicação e assistiva nas práticas pedagógicas dos profissionais do magistério;</p>	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Sim	
<p>3- Implementar em regime de colaboração entre Estado, União e Município, políticas públicas para a correção da distorção idade/ano no Ensino Médio;</p>	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Sim	Divulgação referente ao ENCCEJA
<p>4- Fomentar, em regime de colaboração entre Estado, União e Município, políticas de inclusão e permanência escolar para adolescentes, ampliando a matrícula e oferta de educação para os jovens que se encontram cumprindo medidas socioeducativas em regime fechado, semiaberto, internação e medida cautelar, assegurando os princípios do Estatuto da</p>	2025	Não Previsto			Divulgação e Informação

Criança e do Adolescente (ECA) e demais legislações vigentes;					
5- Fomentar, em regime de colaboração com o Sistema Estadual de Ensino a produção, aquisição e utilização de materiais de apoio pedagógico, como dicionários, livros didáticos e obras literárias, inclusive em Braille e LIBRAS, além de materiais de laboratório e outros materiais necessários a uma educação de qualidade e inclusiva;	2025	Não Previsto			Transcrição de materiais, adaptações via CMAEE. Os profissionais que fazem o trabalho itinerante orientam as instituições quanto à aquisição de materiais adequados para atendimento desta demanda.
6- Fomentar, em regime de colaboração entre Estado, União e Município, programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar	2025	Não Previsto			Divulgação de programas já existentes no âmbito municipal (FACE)
7- Estruturar e fortalecer em regime de colaboração o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferências de renda, do ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com	2025	Não se aplica			Via Rede de Proteção Intersetorialidade (saúde/assistência).

órgãos públicos de Assistência Social, Saúde e Proteção à Adolescência e Juventude.					
8- Implementar, em regime de colaboração, políticas de prevenção à evasão motivada por toda forma de preconceito, de discriminação e zombaria (bullying), fortalecendo a Rede de Proteção	2025	Não se aplica			Rede de Proteção (Intersetorial)
9- Pactuar em regime de colaboração com União, Estado e Municípios no âmbito da instância permanente do que trata o § 5º, artigo 7º, da Lei nº 13.005/14 a implantação dos direitos e objetivos da aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio	2025	Não se aplica			Pactuar como política pública, ações colaborativas
10- Fomentar em regime de colaboração a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência	2025	Não se aplica	Parcial		Divulgação da oferta do CEEP. * Parceria Estado / CIP.

Avaliou-se como uma crescente no número de matrículas para os anos finais do ensino fundamental e médio, com quedas percentuais consideráveis em anos pandêmicos e retomada do crescimento em 2022. Porém, com a crescente expansão populacional no Município, avalia-se a necessidade de construção de novos equipamentos públicos para o atendimento da demanda dos Municípios. Muito embora o Município de Fazenda Rio Grande tenha realizado doações de áreas para a construção de novos equipamentos, observa-se que apenas em uma dessas áreas iniciou-se a construção. A necessidade latente da construção de novos equipamentos justifica-se uma vez que os representantes do Conselho Tutelar apresentaram ao Fórum Municipal de Educação a demanda de estudantes na faixa etária contemplada na meta, fora dos bancos escolares. Dessa forma foi apresentado à Assembléia Itinerante a demanda relacionada a construção de novos equipamentos

públicos para atendimento do público alvo mencionado. Referente ao Atendimento Educacional Especializado para a faixa etária contemplada na meta, avaliou-se a necessidade de descentralização do (CEAOP) sugerindo-se a implementação do atendimento por região.

META 4

Meta 4	Texto da meta	Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)									
4	Universalizar, para a população com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede Regular de Ensino, com a garantia de Sistema Educacional Inclusivo, de Salas de Recursos Multifuncionais, Classes, Escolas ou Serviços Especializados, Públicos ou Conveniados.	2026	Os dados foram obtidos: Censo Demográfico; Subsídios para Monitoramento do Plano Municipal de Educação (Secretaria do Estado).									
INDICADOR												
INDICADOR 4A	Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.									Prazo: 2016		
	Alcançou indicador?											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista			100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Meta executada no período (dado oficial)	88,1%	88,1%	88,1%	88,1%	88,1%	OBS: Indicador 4ª: Inviável. O relatório de linha de base 2014, primeiro ciclo, utiliza o Censo demográfico como fonte de dados. Contudo, as perguntas e as alternativas de resposta acerca de deficiências foram elaboradas de modo distinto nos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Ausência de padronização/definição conceitual, pois as fontes de dados sugeridas (Censo demográfico e escolar) possuem conceitos diferentes de deficiências. O censo demográfico engloba todas as pessoas (matriculadas ou não) e o censo escolar apenas os matriculados. Não						
Meta executada no período (dado extraoficial)												

													temos informações de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação para as pessoas que estão fora da escola. Impossibilidade de desagregação municipal ano a ano.
INDICADOR 4B	Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica.										Prazo: 2025		
	Alcançou indicador?												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Meta prevista													85%
Meta executada no período (dado oficial)		75,1%	72,6%	76,7%	80,4%	79,8%	79,9%	* Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do Censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo INEP, não permitem mais verificar deficiência e cruzamento de grupos com tipo de classes (se especiais ou inclusivas). Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados publicados.					
Meta 4													
Estratégias (da meta acima indicada)	Prazo		Previsão Orçamentária				Status		Executou estratégia?		Observações		
1- Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado,	2025		Não Previsto				Em desenvolvimento		Parcialmente		Dupla matrícula, monitoramento contínuo.		

na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade;					
2- Promover a universalização do atendimento escolar à demanda de crianças com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação;	2025	LDO/LOA/PPA	Em desenvolvimento	Parcialmente	Profissionais, transporte, materiais, alimentação, outras especificidades, convênio APAE, CIP- TEA (Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo).
3- Implantar, conforme demanda, Salas de Recursos Multifuncionais e readequar as já existentes, fomentando a formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Formação orientação para a execução do trabalho.
4- Garantir Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais, Classes Especiais, Centros de Atendimentos Educacionais Especializados, Públicos ou Conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos os educandos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação, matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação psicoeducacional/psicopedagógica;	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Sim	Avaliações retomadas 2020, avaliações realizadas: 2020 - 48 avaliações 2021 - 79 avaliações 2022 - 191 avaliações

<p>5- Ampliar e garantir a oferta dos serviços de Estimulação Precoce, Psicologia, Fonoaudiologia, Psicopedagogia, Psicomotricidade, Musicoterapia e demais serviços de Atendimento Educacional Especializado no CMAEE, considerando a demanda crescente;</p>	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	<p>Atendimentos retomados pós pandemia.</p> <p>2021 - 302 atendimentos</p> <p>2022 - 1552 atendimentos</p>
<p>6- Propor a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das Áreas de Saúde, Assistência Social, Pedagogia e Psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica com educandos que apresentam Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação;</p>	2025	Não Previsto	Não iniciada	Parcialmente	<p>Sala multidisciplinar em tramitação.</p>
<p>7- Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas para garantir o acesso e a permanência dos educandos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação”.</p>	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	<p>As instituições já existentes foram adaptadas a estrutura arquitetônica, os projetos das instituições novas são executados dentro das normas técnicas para a promoção da acessibilidade.</p> <p>O transporte acessível é ofertado por frota própria e por empresa terceirizada.</p> <p>Materiais adaptados e recursos de tecnologia assistiva para os alunos que dela necessitam.</p>

					A identificação dos alunos com altas habilidades e superdotação é realizada no CMAEE.
8- Garantir a construção de mais um Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado até o terceiro ano da vigência deste PME, conforme necessidade de atendimento da demanda;	2018	Não Previsto	Não iniciada	Não	Em processo licitatório, previsão para execução em 2024.
9- Garantir na vigência deste plano a construção de uma Escola Municipal de Educação Básica de ensino regular, na modalidade de Educação Especial, para atender a demanda;	2025	Não Previsto	Não iniciada	Não	Sem previsão orçamentária estabelecida.
10- Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos educandos surdos e com deficiência auditiva, em escolas e classes inclusivas;	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	concluída	Meta atingida. Escola Municipal 26 de Janeiro, referência para atendimento. Estudos sobre a reestruturação da proposta pedagógica, para inserção da oferta bilíngue.
11- Assegurar e ampliar a difusão do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos cegos;	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Existe a disponibilização do serviço no CMAEE. Para as Instituições Municipais não houveram demanda manifesta no período.
12- Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a	2025	Não Previsto		Sim	

articulação pedagógica entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado;			Concluída		Estratégia concluída. Todas as demandas manifestas são atendidas.
13- Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos educandos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação;	2025	Não Previsto	Não iniciada	Sim	Implementação das Práticas Colaborativas, para a efetivação do processo de inclusão. Participação no FORGEE (Fórum de Gestores da Educação Especial) para a troca de experiências, pesquisas voltadas aos avanços na implementação de políticas públicas de inclusão.
14- Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação que requeiram medidas de Atendimento Especializado;	2025	Não Previsto	Não iniciada	Sim	Participação no FORGEE (Fórum de Gestores da Educação Especial) para a troca de experiências, pesquisas voltadas aos avanços na implementação de políticas públicas de inclusão.
15- Propor a articulação intersetorial entre órgãos e Políticas Públicas de Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos, Rede de Proteção, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com	2025	Não Previsto	Outro	Parcialmente	Conforme demanda manifesta, referente a Educação a ação ocorre via CMAEE.

Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.					
16- Definir, a partir da vigência do PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e conveniadas que prestam atendimento a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Não há definição de indicadores de qualidade, as ações são realizadas por meio de instruções normativas advindas da SEED
17- Fomentar em regime de colaboração com a União e Estado, por iniciativa do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação.	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Base de dados – PAR, SERE e Educacenso Verificação no Conselho da Pessoa com Deficiência inseridas no CadÚnico.
18- Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade.	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Sim	As parcerias para Formação Continuada ocorrem de forma contínua.
19- Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a	2025	Não Previsto		Sim	

participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo			Em desenvolvimento		Sensibilização e implementação das Práticas Colaborativas na Educação Especial.
20- Elaborar e implementar em parceria com a Secretaria do Trabalho um projeto de orientação profissional para estudantes com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, proporcionando a inclusão profissional de acordo com suas habilidades e potencialidades e respeitando suas limitações.	2025	Não Previsto	Outro	Sim	Políticas intersetoriais e APAE.
21- Viabilizar a aquisição de software de Comunicação Alternativa, garantindo o desenvolvimento da linguagem no processo de ensino-aprendizagem aos educandos que necessitam deste meio de comunicação.	2025	Não Previsto	Não iniciada	Sim	Os alunos cegos utilizam MEC Dayse e DOX Vox Software on line picto4me.com Formação continuada referentes à tecnologia assistiva, desenvolvimento de pranchas de comunicação alternativa. https://diversa.org.br/indicadores/

Nº de Alunos atendidos

Ano	Matrícula SRM	Matrícula Classe Especial	Matrícula CMAEE
2020	205	136	302

2021	220	140	770
2022	241	151	1183

Avaliou-se que a demanda da população explicitada na meta é crescente, porém toda a demanda manifesta no que se refere ao atendimento para as Escolas Municipais e CMEI'S são atendidas, o Município recebe demandas judiciais, as quais são atendidas de acordo com os atendimentos especializados disponíveis na municipalidade. Existe a oportunidade do transporte dos alunos público alvo, que dele necessitam, no ano corrente, após estudos e discussões nos Fóruns de Gestores da Educação Especial, implementou-se as práticas colaborativas, a fim de oportunizar ao estudante maior autonomia e desenvolvimento integral. Observou-se que as avaliações psicoeducacionais foram retomadas após o período pandêmico, porém para que as avaliações sejam realizadas de forma mais célere, existe a necessidade de contratação de profissionais da área psicológica. Para atendimento a demanda referenciada na meta a que se contratar profissionais da área de fonoaudiologia. Referente a construção do CMAEE avaliou-se avanço no que se refere a licitação da obra a qual terá início em 2024, no entanto a construção da Escola Especial não houve avanços observados no período avaliativo, muito embora existe a demanda de Municípios aguardando tal atendimento uma vez que a Escola que oferta tal atendimento, não dispõe de vagas em quantitativos necessários para o suprimento da demanda Municipal. A ação da Municipalidade para tanto, é o esforço por para ampliação do referido atendimento na instituição existente.

META 5

Meta 5	Texto da meta	Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)									
5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.	2025										
INDICADOR												
INDICADOR 5A	Proporção de estudantes do Terceiro ano que atingiram os níveis 3 e 4 na prova de Leitura da ANA.									Prazo: 2025		
										Alcançou indicador?		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

Meta prevista												
Meta executada no período (dado oficial) 2014	13,6	15,8	15,8	15,8	15,8			*				
Meta executada no período (dado oficial) 2016	15,8	35,9	36,8	11,5								
Distribuição percentual dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental nos níveis de proficiência em leitura na ANA												
	N1	N2	N3	N4	*Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP). Porém, a partir de 2022, o INEP adotou outro instrumento e fonte de dados: A avaliação do 2º ano do Ensino Fundamental (SAEB) 2019, amostral, sem resultado para todos os municípios. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida por falta de dados publicados.							
2014	13,5%	33,3%	41,6%	11,6%								
2016	15,8%	35,9%	36,8%	11,5%								
INDICADOR												
INDICADOR 5B	Estudantes com proficiência suficiente em Escrita (níveis 4 e 5 da escala de proficiência).										Prazo: 2025	
	Alcançou indicador?											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista												
Meta executada no período (dado oficial)	24,4	24,4	24,8	24,8	24,8							
Níveis	N1	N2	N3	N4	N5	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2020 (INEP)						
2014	4,9%	11,2%	8,2%	68,4%	7,3%	*Porém, a partir de 2022, o INEP adotou outro instrumento e fonte de dados: A avaliação do 2º ano do Ensino Fundamental (SAEB) 2019, amostral, sem resultado para todos os municípios. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida por falta de dados publicados.						

2016	7,0%	17,4%	0,5%	71,5%	3,6%							
INDICADOR 5C	Estudantes com proficiência suficiente em Matemática (níveis 3 e 4 da escala de proficiência).									Prazo: 2025		
	Alcançou indicador?											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	50,1	20,1	50,93	50,93	50,93							
Meta executada no período (dado oficial)	24,4	24,4	24,8	24,8	24,8							
Níveis	N1	N2	N3	N4		Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2020 (INEP) *Porém, a partir de 2022, o INEP adotou outro instrumento e fonte de dados: A avaliação do 2ª ano do Ensino Fundamental (SAEB) 2019, amostral, sem resultado para todos os municípios. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida por falta de dados publicados.						
2014	17,4%	32,9%	21,2%	28,5%								
2016	18,5%	33,5%	21,5%	26,5%								
Meta 5												
Estratégias (da meta acima indicada)		Prazo		Previsão Orçamentária		Status		Executou estratégia?		Observações		
1- Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas e vinculadas à pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização de todas as crianças;		2025		Não Previsto				Parcialmente		Período pandêmico, trabalho executado de forma não presencial. Retomada as atividades presenciais em 2022, formação continuada com os professores alfabetizadores. Intensificação das		

			Em desenvolvimento		formação aos professores da Sala de Apoio à Aprendizagem bem como aos professores regentes. Implementação do programa Tempo de Aprender.
2- Instituir instrumentos de avaliação periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as escolas municipais a elaborar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os educandos até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Não houve	Em 2020 não foi possível executar tal ação. Em 2022 aplicação da avaliação diagnóstica via CAED. Em 2023 avaliação de fluência e diagnóstica, para o 2º ano, Provinha Fazenda 3º e 4º ano, Prova Paraná, Prova Paraná mais para o 5º ano (SAEP)
3- Assegurar tecnologias educacionais para alfabetização, em consonância com a Proposta Curricular Municipal, garantindo práticas pedagógicas que favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos educandos(as) considerando as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Ampliação da Robótica Equipar sala de professores com Notebooks PNLD Digital Incentivar o uso da plataforma integrada MEC RED, recursos digitais e jogos, do Ministério da Educação.*

					TV como suporte Grupos de WhatsApp corporativo
4- Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais de práticas pedagógicas inovadoras, que assegurem a alfabetização, favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos educandos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Programa da Secretaria de Educação voltado para a tecnologia, inovação e/ou transformação digital para a Educação, ampliação da Robótica. Formação Continuada com temas voltados para o uso pedagógico de tecnologias digitais. Utilizar a plataforma integrada MEC RED, recursos digitais e jogos do Ministério da Educação. Promover e incentivar os professores a realizarem capacitação por meio do AVAMEC, do LabInova, escola.gov plataformas disponíveis para formação de professores, ofertadas pelo Ministério da Educação.
5- Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas	2025	Não Previsto	Em desenvolvimento	Não executado	Houve atendimento respeitando a especificidade da criança do campo.

comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;					Nos demais não houve demanda manifesta.
6- Garantir, a partir do 3º ano de vigência deste plano municipal, a formação de turmas, atendendo os critérios no que se refere ao número de aluno por turma”: Pré 4 e 5 anos – 20 alunos 1º Ano – 22 a 25, 2º Ano – 22 a 25, 3º Ano – 22 a 25, 4º Ano – 27 a 30, 5º Ano – 27 a 30;	2018	Não Previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Infantil de 4 e 5 anos, possui legislação própria Lei 12796/2013 e Del. 02/14 CEE. Obs.: Prorrogar o prazo de execução para 2022. Estratégia inteira ser realocada na meta 7

O período avaliativo está diretamente ligado ao período pandêmico, onde as atividades presenciais foram suspensas e os educandos foram atendidos de forma não presencial, dados estatísticos a nível mundial expõe a defasagem na aprendizagem dos estudantes em decorrência desse fato catastrófico, algo semelhante aconteceu no Município de Fazenda Rio Grande. Porém, os esforços no sentido de oportunizar a recuperação das aprendizagens dos educandos foram intensos, oportunizou-se formação continuada aos professores, coordenadores pedagógicos, acompanhamento in loco nas instituições de ensino, retorno da aplicação da Provinha Fazenda com a finalidade de verificar a efetividade dos esforços empregados.

META 6

Meta 6	Texto da meta							Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)				
6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica.							2025	Dados retirados da plataforma do SIMEC, PNE em movimento e Subsídios para o monitoramento dos Planos Municipais de Educação.				
INDICADOR													
INDICADOR 6A	Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.										Prazo: 2016		
											Alcançou indicador?		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Meta prevista													
Meta executada no período (dado oficial)	12%	6,7%	6,3%	6,0%	6,1%	7,0%	7,0%	5,6%	6,1%				
INDICADOR 6B	Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.										Prazo: 2025		
											Alcançou indicador?		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Meta prevista													
Meta executada no período (dado oficial)	34,1%	22,0%	21,4%	24,4%	23,9%	26,0%	26,0%	*Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do Censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo INEP, não permitem mais verificar a maior parte das variáveis e realizar o cruzamento de dados por Escola e Município. Dessa forma, para os Municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados publicados.					

Meta 6					
Estratégias (da meta acima indicada)	Prazo	Previsão Orçamentária	Status	Executou estratégia?	Observações
1-Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos educandos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	No momento não atendemos por falta de espaço físico: Previsão de implementação com a ampliação das Escolas.
2-Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Solicitação de pactuação junto ao governo federal para obtenção de provimento para implementação da ação. Escola Municipal Santa Maria, E.M Santa Cecília, E.M Joaquim K. Matsumoto e E.M São Francisco.
Ampliar o atendimento em período integral nas escolas, oportunizando o educando vivenciar diversas atividades, com disponibilidade de profissionais capacitados que possam garantir o desenvolvimento pleno;	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Nota técnica: Suprimir pois já consta na estratégia 6.1 (1º Ciclo de Avaliação)
3-Implantar em regime de parceria com Assistência Social/ Intersetorialidade, projetos e programas que viabilizem o desenvolvimento biopsicossocial do educando ao frequentar o contraturno I;	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Nota técnica: mudar a redação, implantar em regime de parceria com Assistência Social/ Intersetorialidade.

4-Atender, a partir da vigência do PME, às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Nota técnica: estratégia não realizada no tempo previsto foi realizada a revitalização e não ampliação do espaço. Regularização Fundiária
5-Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e estrangeiros, matriculadas na Rede Pública de Ensino;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Nota técnica: Acrescentar estrangeiros
6-Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Parceria Cultura e Esportes
7-Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de educandos (as) matriculados nas escolas da Rede Pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a Rede Pública de Ensino		Não previsto	Não iniciada	Não	A representatividade das entidades sindicais colocaram-se à disposição para atenderem ao estabelecido na estratégia.
8-Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o Art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de		Não previsto	Em desenvolvimento	Não	Obs.: Atendimento na SAA (Sala de Apoio a Aprendizagem), durante 6 horas e 40 min. de

ampliação da jornada escolar de educandos (as) das escolas da Rede Pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a Rede Pública de Ensino;					atendimentos semanais, para alunos com dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. E sala de recursos
---	--	--	--	--	---

Referente à meta 6, os avanços observados foram relativos ao preparatório para a implementação futura do atendimento em tempo integral, com a ampliação de equipamentos educacionais públicos em andamento nas Escolas: EM Santa Maria, EM São Francisco de Assis e EM Santa Cecília e planejamento de construção de instituições que poderão atender ao estabelecido na meta. Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação participou da reunião técnica com o Núcleo de Educação a fim de buscar subsídios referente à parte documental para a implementação. O Município pactuou as vagas do programa federal Escola em Tempo Integral, bem como realizou o cadastramento para a construção de equipamento educacional público, junto ao Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle com a finalidade de ampliação da oferta e atendimento ao estabelecido na meta .

META 7

Meta 7	Texto da meta	Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)										
7	Garantir a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB. Ano de 2015 - 5.7, ano de 2017 – 5.9, ano de 2019 -6.2 e para o ano de 2021 – 6.4	2021											
INDICADOR													
INDICADOR 7A	Média do Ideb nos anos iniciais do Ensino Fundamental.									Prazo: 2021			
	Alcançou indicador?												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026

Meta prevista		5,7		5,9		6,2		6,4		7,0			
Meta executada no período (dado oficial)	5,8	6,1	*	5,9		6,5		5,9					
INDICADOR													
INDICADOR 7B	Média do Ideb nos anos finais do Ensino Fundamental.									Prazo: 2021			
	Alcançou indicador?												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Meta prevista		4,7		5,0		5,2		5,5					
Meta executada no período (dado oficial)	3,7	4,2		4,5		4,9		4,9					
INDICADOR 7C	Média do Ideb no Ensino Médio.									Prazo: 2021			
	Alcançou indicador?												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Meta prevista			3,4		3,6		3,8						
Meta executada no período (dado oficial)			3,4		3,9		4,6						
Meta 7													
Estratégias (da meta acima indicada)		Prazo		Previsão Orçamentária			Status		Executou estratégia?		Observações		
1-Elaborar em regime de colaboração com o Estado e a União, indicadores de avaliação		2025		Não previsto					Não		Os descritores de aprendizagem são aplicados no Município,		

institucional de acordo com parâmetros mínimos de qualidade;			Em desenvolvimento		com a finalidade de estabelecer parâmetros de qualidade. Estão relacionados aos objetivos de aprendizagem estabelecidos na Proposta Pedagógica.
2-Assegurar que: no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do Ensino Fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos, objetivos de aprendizagem, desenvolvimento de seu ano de estudo e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;	2020	Não previsto	Em desenvolvimento	Não	Resultado alcançado nas avaliações da Prova Paraná Mais, a média de 54% que analisa-se como desejável.
3-No último ano de vigência deste PME, todos os (as) educandos do Ensino Fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Estratégia em desenvolvimento.
4-Orientar as políticas da Rede Municipal de Ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo pela metade a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem, até o último ano de vigência deste PME;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Plano de Ação com metas específicas para melhorar o Ideb, ação da Secretaria de Educação com trabalho específico em Língua Portuguesa e Matemática, retomada da Provinha Fazenda. Intensificar Formação continuada com especialistas, de língua portuguesa e matemática,

					propor trabalho itinerante entre os professores dos 5º anos.
5-Constituir, em colaboração entre a União, o Estado e o Município, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do educando e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;	2025	Não se aplica			Nota técnica para retirada desta estratégia.
6-Promover em regime de colaboração com o Estado, a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;	2025	Não se aplica			Nota técnica para retirada desta estratégia.
7-Implantar as diretrizes pedagógicas para a educação básica e a Base Nacional Comum dos Currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos para cada ano do Ensino Fundamental, respeitada a diversidade regional, estadual e local;	2018	Não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Os direitos e objetivos de aprendizagem estão contemplados na proposta e a mesma está fundamentada na Base Nacional Comum Curricular, porém existe a necessidade de revisão editorial, gramatical, ortográfica e formatação para ser efetivada a publicação.

<p>8-Garantir políticas públicas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas a formação de profissionais para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;</p>	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Outro	<p>Já citada na meta 2 estratégias 2.2 Rede de Proteção, escuta especializada, ações voltadas para a elaboração de Protocolo de Segurança Permanente nas instituições de ensino e designação de equipe para a implementação de ações e treinamento com simulações . Designação de servidores para a vigilância de algumas instituições. Ações da Rede de Proteção</p>
<p>9-Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos educandos da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.</p>	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Outro	<p>Necessário o desenvolvimento de políticas intersetoriais. Programa saúde na escola, implementado em duas Escolas Municipais e em todos os CMEI's.</p>
<p>10-Garantir que, no segundo ano de vigência deste PME, um programa de integração que articule a intersectorialidade entre órgãos, visando monitoramento e acompanhamento de educandos em situação de risco social e econômico;</p>	2017	Não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	<p>Rede de Proteção</p> <p>Desenvolver os programas de integração no âmbito da divisão intersectorial.</p>
<p>11-Assegurar que sejam contemplados nos Currículos da Educação Básica: Educação das Relações Étnico-Raciais, o Ensino de História</p>	2016	Não previsto	Em desenvolvimento	Concluída	<p>Estratégia concluída. Desde 2014, a PC Edição Especial 2015. Está</p>

contemplando a Diversidade, gênero e Pluralidade Cultural Brasileira, incluindo o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, bem como assegurar equânime que respeite a dignidade humana;					reorganizada e implementada de acordo com as Diretrizes Nacionais Nota técnica: a fim de inserir a palavra Gênero. após a diversidade.
12-Garantir a criação do Conselho Municipal dos Direitos Humanos.					Nota técnica retirada, responsabilidade da Assistência Social.
13-Aderir aos programas nacionais, visando a obtenção de recursos para a aquisição de ônibus, micro-ônibus e manutenção da frota para o transporte escolar de estudantes matriculados na Educação Básica, da zona rural e áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Adesão via PAR, transporte adquirido e atendimento pela empresa terceirizada.
14-Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, populações itinerantes, comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Concluído	Do infantil ao 5º ano na Escola do Campo, para as demais particularidades não temos demanda manifesta.
15-Garantir o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural, a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das 16 instituições, consideradas as práticas	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Na elaboração dos PP's e Regimentos Escolares, existe a obrigatoriedade da participação da comunidade com o intuito

socioculturais e as formas particulares de organização do tempo.					de contribuir com a preservação da identidade cultural da comunidade, articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas do Meio Ambiente e Educação.
17-Garantir a oferta bilíngue na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em Língua materna das comunidades indígenas e em Língua Portuguesa.	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Não houve demanda manifesta na particularidade apresentada.

Observou-se que em 2019 o IDEB do Município para os anos iniciais superou a meta pré estabelecida, entretanto em 2021, ano pandêmico ocorreu a redução significativa em relação ao índice.

META 8

Meta 8	Texto da meta	Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)											
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano Municipal, para as populações do campo, da região de menor escolaridade e mais pobres no Município, a fim de igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	2025												
INDICADOR														
INDICADOR 8A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade.										Prazo: 2025			
	Alcançou indicador?													
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Meta prevista														
Meta executada no período (dado oficial) 2014			55,7	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos das pessoas. Na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários										
INDICADOR														
INDICADOR 8B	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural.										Prazo: 2025			
	Alcançou indicador?													
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		

Meta prevista												
Meta executada no período (dado oficial)				Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos das pessoas. Na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários.								
INDICADOR 8C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres										Prazo: 2025	
											Alcançou indicador?	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista				Indicador 8C: Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos das pessoas. Informação disponível somente para anos censitários. Mesmo para o Estado o coeficiente de variação da PNAD não recomenda desagregação para essa faixa etária, seguida de faixas de rendimento.								
Meta executada no período (dado oficial)												
INDICADOR 8D	Razão entre a escolaridade média entre negros e não negros na faixa etária ente 18 e 29 anos.										Prazo: 2025	
											Alcançou indicador?	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista				Indicador 8D: Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos das pessoas. Informação disponível somente para anos censitários								
Meta 8												
Estratégias (da meta acima indicada)		Prazo		Previsão Orçamentária			Status		Executou estratégia?		Observações	
1-Implementar programas de Educação de Jovens e Adultos para os segmentos populacionais considerados que estejam fora da escola e com defasagem idade/ano, associados a outras		2025		Não se aplica			Outro		Não		Ação depende de cooperação com os governos estadual e federal. Divulgação no	

estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.					programa Prefeitura nos Bairros.
2-Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;	2025	Não se aplica	Outro	Não	Ação depende de cooperação com os governos estadual e federal. Nota Técnica: Parceria com a Secretaria de Cultura em locais distantes; Trocar “fomentar” por “garantir”. Manutenção da Nota Técnica.
2- Garantir programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;	2025	Não se aplica	Outro	Não	Ação depende de cooperação com os governos estadual e federal. Nota Técnica: Parceria com a Secretaria de Cultura em locais distantes; Trocar “fomentar” por “garantir”. Manutenção da Nota Técnica.
3-Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio	2025	Não se aplica	Em desenvolvimento.	Não	Ação de responsabilidade das escolas estaduais Divulgação dos exames para certificação, na Secretaria de Educação e no programa Prefeitura nos Bairros.

4-Criar Políticas Públicas que estabeleçam parcerias com as áreas de Saúde e Assistência Social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com o Estado, para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses educandos na rede pública regular de ensino;	2025	sem previsão	Não iniciada	Não	Rede de proteção, Escuta qualificada, busca ativa; Não observado evasão do 1º ao 5º ano (EJA)
5-Promover busca ativa de jovens fora das escolas pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de Assistência Social, Saúde e Rede de Proteção	2025	sem previsão	Não iniciada	Não	Rede de Proteção Municipal, faz intervenções e orientações quando identificado o público citado na estratégia.

META 9

Meta 9	Texto da meta	Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)
9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 97% (noventa e sete por cento) e combater o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional até o final da vigência deste Plano.	2025	
INDICADOR			

INDICADOR 9A	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.										Prazo: 2025			
	Alcançou indicador?													
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Meta prevista				93,5%							97%			
Meta executada no período (dado oficial)				95,5%	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe se a pessoa sabe ler ou escrever. Informação disponível somente em anos censitários									
INDICADOR														
INDICADOR 9B	Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade.										Prazo: 2025			
	Alcançou indicador?													
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
Meta prevista				15,3%	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe a escolaridade dos indivíduos, uma vez que “analfabetismo funcional” foi conceituado no PNE em Movimento como baixa escolaridade. Informação disponível somente para anos censitários.									
Meta executada no período (dado oficial)				25%										
Meta 9														
Estratégias (da meta acima indicada)	Prazo			Previsão Orçamentária			Status		Executou estratégia?		Observações			
1- Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria;	2025			Não previsto			Em desenvolvimento		Parcialmente					
2-Realizar, em regime de colaboração, diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos;	2025			Não previsto			Em desenvolvimento		Parcialmente		Etapa 1 e 2 EJA, divulgação referente ao			

					CEEBJA e exames para certificação.
3-Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de oferta para a continuidade da escolarização básica;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Continuidade EJA para CEEBJA
4-Mapear e realizar chamadas públicas regulares para Educação de Jovens e Adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Mensalmente realiza-se a divulgação no programa Prefeitura nos Bairros, nas instituições quando surge a demanda , na Secretaria de Educação, quando surge a demanda.
5-Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permitam aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Cabe responsabilidade Municipal a EJA , sendo a execução da avaliação nessa modalidade.
6-Executar ações de atendimento em regime de colaboração ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos em articulação com a área da Saúde;	2025	Não previsto	Não executada	Não	A disponibilização do transporte e alimentação é assegurado pelo Município através da Educação, porém as demais ações dependem de parcerias com a Saúde e Assistência Social.
7-Implementar nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso às tecnologias educacionais com qualidade e atividades	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Para a efetivação dessa ação, depende-se de parceria com as Secretarias de Assistência

recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;					Social, Saúde, Mulher, Cultura e Esportes.
8-Implantar, de acordo com a demanda, a oferta do atendimento da EJA, nos diferentes turnos escolares;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Concluído	Atendimento tarde e noite.
9-Assessorar pedagogicamente, fundamentando-se na Proposta Curricular Municipal, as iniciativas dos movimentos sociais, igrejas, associações e núcleos de moradores, empresas locais e outros, no combate ao analfabetismo;	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Até o momento não houve demanda manifesta, caso haja, a Equipe da Secretaria de Educação poderá assessorar pedagogicamente por meio da Proposta Curricular Municipal .
10-Garantir as condições adequadas para o atendimento dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, incluindo a oferta de atendimento especializado necessário independente da idade;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Concluído	Oferta já disponibilizada conforme a demanda.
Manter, a partir da vigência do PME, o limite máximo de 18 alunos por turma na etapa I e 25 alunos na etapa II.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Concluído	Já atende esta exigência

META 10

Meta	Texto da meta	Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)										
10	Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio na forma integrada à Educação Profissional.	2025	O Município não possui essa modalidade de ensino.										
INDICADOR													
INDICADOR 10A	Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.										Prazo: 2025		
	Alcançou indicador?												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta prevista												25%	
Meta executada no período (dado oficial)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%			Calculado conforme relatório do 3º ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP)* Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo INEP, não permitem mais verificar matrículas da EJA desagregadas por modalidade, etapa e fase da Educação Básica por escola e Município. Dessa forma, para municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados publicados.			
Meta													
Estratégias (da meta acima indicada)		Prazo	Previsão Orçamentária		Status		Executou estratégia?		Observações				
1-Promover, em regime de colaboração entre Estado, União e Município a integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional,		2025	Não previsto		Não iniciada		Não		Atualmente não há demanda manifesta da população itinerante do				

em cursos planejados, de acordo com as características do público da Educação de Jovens e Adultos, considerando as especificidades das populações de itinerantes, do campo, das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de Educação a Distância;					Campo indígena, quilombola nesta modalidade.
2-Fomentar junto ao Estado a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses educandos.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Concluídas	A proposta da EJA Etapa 1, e etapa 2 foram readequadas para serem homologadas e publicadas no 2º semestre de 2023.
3-Articular em regime de colaboração entre Estado e Município a oferta de Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e implementação de Diretrizes Nacionais.	2025	Não previsto	Não iniciada	Concluída	O município tem a demanda que é atendida pelos professores da Rede Estadual de Ensino
4-Assegurar em parceria com o Sistema Estadual e a Secretaria do Trabalho, a oferta de oportunidades profissionais aos jovens e adultos com e sem deficiências e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos, articulada à Educação Profissional	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Nota técnica. Organizar numeração 10.4 – Assessoria técnica, parceria secretaria do trabalho.

OBS: Indicador 10 A: O Município não oferta essa modalidade de ensino.

Relatar de forma mais específica as ações de fomentar, assegurar e articular.

Estabelecer pauta permanente no CMDCA, para articulação em termos de cumprimento e garantias de direitos fundamentais, anos finais do ensino médio, elaborar o documento para que possibilite articulação com os conselhos e com o Governo do Estado.

META 11

Meta	Texto da meta										Prazo		Observações/Relato sintético (opcional)	
11	Triplicar as matrículas da Educação Profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público										2025		O Município não possui essa modalidade de ensino, os dados apresentados são referentes ao Ensino Médio. (INEP)	
INDICADOR														
INDICADOR 11A	Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio.										Prazo: 2025			
											Alcançou indicador?			
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Meta prevista												50%		
Meta executada no período (dado oficial)	775	871	958	880	1.233	1.350	1.473	1.337	1.394					
INDICADOR														
INDICADOR 11B	Participação do segmento público na expansão da EPT de Nível Médio										Prazo: 2025			
											Alcançou indicador?			
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
Expansão	2013/ 2014	2013/ 2015	2013/ 2016	2013 /2017	2013/ 2018	2013/ 2019	2013 2020	2013/ 2021	2013/ 2022	2013/ 2023				
Meta executada no período (dado oficial)	33,3	27,9	63,3	52,3	84,1	89,9	91,7%	94,5%	92,3%					

INDICADOR 11C	Expansão acumulada da EPT de Nível Médio pública.										Prazo: 2025	
											Alcançou indicador?	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	2013/ 2021	2013/ 2015	2013/ 2016	2013 /2018	2013/ 2019	2013/ 2020						
Meta executada no período (dado oficial)	3,4	6,7	23,4	13,3	64,7	84,5	102,6%	-4,8%	3,5%			
Meta												
Estratégias (da meta acima indicada)	Prazo		Previsão Orçamentária		Status		Executou estratégia?		Observações			
1-Expandir em regime de colaboração com o Estado as matrículas de educação profissional técnica de nível médio no Sistema Estadual de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da Educação Profissional;	2025		Não se aplica		Não iniciada		Concluído		Divulgação da oferta CEEP, Divulgação dos órgãos existentes.			
2-Fomentar em regime de colaboração a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;	2025		Não se aplica		Não iniciada		Não		O Município ainda não dispõe desta oferta, tão logo a possua faremos a divulgação.			

INDICADOR													
INDICADOR 12B	Taxa líquida de escolarização na graduação (TLE)										Prazo: 2025		
											Alcançou indicador?		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Expansão						Inviável para o município. A) PNAD é pesquisa amostral; B) Censo Educação Superior não informa endereço do aluno; usar endereço da matrícula concentra no, município a faixa etária dos estudantes que se deslocam para estudo; C) Grande parte dos municípios não possuem nível superior em seu território.							
Meta executada no período (dado oficial)	9,6	9,6	9,6	9,6	9,6								
INDICADOR 12C	Participação do segmento público na expansão de matrículas na graduação.										Prazo: 2025		
											Alcançou indicador?		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Meta prevista	a) Menor nível de desagregação do indicador pela Nota Técnica é “Unidade da Federação”; b) Grande parte dos municípios não possuem nível superior em seu território; c) Alguns possuem apenas ensino superior privado, resultando em divisão por zero no setor público; d) Em 2014, 80 municípios paranaenses possuíam ensino superior presencial e 127 ensino superior a distância; e) não existe uma variável-chave comum para municípios em modalidade de ensino; após unir arquivos “Alunos”, “Cursos” e “Local Oferta”: usar CO_ MUNICIPIO CURSO para modalidade presencial e CO_ MUNICÍPIO LOCAL OFERTA para modalidade ensino a distância.												
Meta executada no período (dado oficial)													
Meta													
Estratégias (da meta acima indicada)	Prazo	Previsão Orçamentária				Status		Executou estratégia?	Observações				
1-Estabelecer parcerias com o Estado e União para promover a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede Federal e Estadual de Educação Superior, da Rede Federal e Estadual de Educação	2025	Não previsto				Não iniciada		Não	Ao município cabe às questões de divulgação dos cursos oferecidos pelo Estado e pelo Governo Federal de acordo com a				

Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil;					demanda de cada município.
2-Fomentar em regime de parceria entre Estado, União e Município a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Não houve disponibilidade de oferta para áreas específicas.
3-Buscar parcerias entre as redes públicas e privadas para a ampliação da oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Parcialmente	Há contrapartida da rede privada de modo a atender a demanda do Município.

META 13

Meta	Texto da meta	Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)
13	Garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado e Município, no prazo de 01 (um) ano de vigência deste PME, Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	2016	Corresponde à Meta 15 no Plano Nacional.

INDICADOR													
INDICADOR 13A	Proporção de docência da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.										Prazo: 2025		
											Alcançou indicador?		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta prevista													
Meta executada no período (dado oficial)	46,0%	56,6%	61,6%	53,5%	66,7%	68,6%	68,9%	71,8%	72,5%				
INDICADOR													
INDICADOR 13B	Proporção de docência dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.										Prazo: 2025		
											Alcançou indicador?		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Expansão													
Meta executada no período (dado oficial)	61,6%	72,8%	74,8%	68,5%	72,9%	76,7%	77,5%	75,5%	76,7%				
INDICADOR 13C	Proporção de docência dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.										Prazo: 2025		
											Alcançou indicador?		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Meta prevista													
Meta executada no período (dado oficial)	67,1%	75,3%	74,8%	78,4%	83,2%	80,3%	86,6%	82,5%	85,5%				

INDICADOR 13D	Proporção de docência do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.									Prazo: 2025		
	Alcançou indicador?											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista												
Meta executada no período (dato oficial)	67,9%	75,1%	76,3%	77,9%	84,6%	81,0%	88,4%	85,9%	87,7%			
Meta												
Estratégias (da meta acima indicada)	Prazo		Previsão Orçamentária			Status		Executou estratégia?		Observações		
1-Valorizar as práticas de ensino dos profissionais que atuam na educação, incentivando e propiciando condições para a divulgação e publicação de artigos científicos e demais trabalhos pertinentes à prática pedagógica;	2025		Não previsto			Não iniciada		Não				
2-Manter na rede municipal de ensino a oferta de estágios dos cursos de formação de nível Médio e Superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.	2025		Não previsto			Em desenvolvimento.		Sim		Estratégia já consolidada, mantêm-se a ação contínua.		
3-Manter na rede municipal de ensino a oferta de estágios dos cursos de formação de nível Médio e Superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação	2025		Não previsto			Em desenvolvimento.		Sim		Estratégia em duplicidade.		

entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.					
4-Promover, em regime de colaboração, programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo, de comunidades indígenas, quilombolas e para a educação especial.	2025	Não previsto	Não iniciada	Sim	A Rede Municipal de Ensino mantém a formação continuada de forma sistemática a atender todas as modalidades.
5-Manter atualizados os dados dos professores em exercício na Rede Municipal de Ensino anualmente, verificando a necessidade de formação inicial para esses professores, a partir da análise de dados coletados pela Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	Os dados são coletados anualmente por meio do Censo Escolar.
6-Incentivar os professores em exercício na Rede Municipal de Ensino que necessitam de formação em nível superior a fazerem a sua inscrição nos cursos de licenciatura disponibilizado pelo Ministério da Educação na Plataforma Paulo Freire;	2025	Não previsto	Não iniciada	Sim	Estratégia atrelada a disponibilização pelo Governo Federal. Cabe ao Município a divulgação.
7-Articular, em parceria com Estado e União, programa de incentivo à formação superior aos profissionais de educação da Rede Pública de Ensino, para a realização de cursos de licenciatura nas diversas áreas do conhecimento	2025	Não previsto	Não iniciada	Sim	Estratégia atrelada a disponibilização pelo Governo Federal. Cabe ao Município a divulgação.

8-Assegurar as condições necessárias para realização de cursos de capacitação e programas de formação continuada em serviço, destinadas às equipes de gestão das instituições do município	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	A Secretaria Municipal de Educação disponibiliza a oferta de Formação Continuada no decorrer do ano letivo.
--	------	--------------	---------------------	-----	---

O Município oferta formação continuada de forma sistemática e contínua.

META 14

Meta	Texto da meta										Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)										
14	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades da demanda.										2025	Meta 16 do Plano Nacional de Educação.										
INDICADOR																						
INDICADOR 14A											Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.										Prazo: 2025	
											Alcançou indicador?											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026									
Meta prevista																						
Meta executada no período (dado oficial)	52,6%	38,3%	41,3%	42,4%	51,2%	58,1%	64,3%	Calculado conforme Relatório do 3º ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP). * Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do Censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo INEP, não permitem verificar a														

													pós-graduação por professor, apenas os totais (Assim, um professor que possua especialização, mestrado e doutorado seria contabilizado três vezes. Vários Municípios ficaram com mais de 100% dos professores pós-graduados) Dessa forma para os municípios a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados.
INDICADOR													
INDICADOR 14B	Percentual de professores que realizaram cursos de formação continuada.										Prazo: 2025		
	Alcançou indicador?												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Expansão		0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	
Meta executada no período (dado oficial)	77,4%	68,2 %	67,0%	70,2%	71,2%	75,1%	75,7%	Calculado conforme Relatório do 3º ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP). * Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do Censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo INEP, não possuem informação de Formação Continuada. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados.					
Meta 14													
Estratégias (da meta acima indicada)		Prazo		Previsão Orçamentária			Status		Executou estratégia?		Observações		
1-Qualificar os gestores escolares e coordenadores em cursos de especialização, bem como professores e demais profissionais da educação básica		2025		Não previsto			Não		Parcialmente		Elaboração do projeto, atualmente encontra-se em fase de previsão orçamentária. Previsão para efetivação em 2024.		

2-Estabelecer parcerias com Institutos e Universidades Privadas com ofertas de bolsa de 25% à 00% para os cursos, técnicos, superior e pós-graduação para os Profissionais da Educação;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Parcialmente	Parcerias com instituições particulares como UNINTER, FACEAR, OPET e Positivo.
3-Garantir em regime de colaboração entre união e estado, no prazo de até dois anos de vigência deste PME, política de formação continuada em nível de pós-graduação (Latu Sensu e Strictu Sensu) aos profissionais da educação	2017	Não previsto	Não iniciada	Não	Nota técnica: Trocar a palavra "Garantir" por "Possibilitar". Prorrogar o prazo até 2025. O Município possui projeto para subsidiar essa estratégia, previsão para execução em 2024.
3- Possibilitar em regime de colaboração entre união e estado, no prazo de até dois anos de vigência deste PME, política de formação continuada em nível de pós-graduação (Latu Sensu e Strictu Sensu) aos profissionais da educação	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	O Município possui projeto para subsidiar essa estratégia, previsão para execução em 2024.
4-Fortalecer em regime de colaboração a formação dos professores das escolas públicas de Educação Básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais.	2025	Não previsto	Em desenv.	Sim	Na Educação Infantil a implementação do Projeto Cultura Escrita ocorre desde 2017, tendo como objetos disparadores os livros literários do PNLD, bem como no Ensino Fundamental.
5-Consolidar em regime de colaboração com o Estado, portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores (as)	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	

da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.					Está disponível no AVAMEC. Portal dia a dia educação. LRCOM.
6-Garantir, até o segundo ano de vigência deste Plano, 33% de hora-atividade aos Profissionais da Educação, para organização do trabalho pedagógico e formação continuada por meio de grupo de estudo, pesquisas, troca de experiências e discussões coletivas.	2017	Não previsto	Concluída	Sim	Março de 2017. Porém no ano vigente houve prejuízo pela falta de profissionais, a Secretaria de Educação tem realizado ações no sentido de substituir os servidores aposentados e exonerados, dessa forma, amenizar a defasagem com a contratação de PSS. Outra ação para equalizar a situação é o Concurso público, que está em andamento.
7-Garantir em regime de colaboração com a União, a construção ou instalação, até o terceiro ano de vigência deste PME, a implantação do Polo da UAB no município.	2018	Não previsto	Não iniciada	Não	Verificar a possibilidade junto a Universidade Federal do Paraná, com intuito de assegurar a qualidade da formação. Ampliar o prazo.
7-Garantir em regime de colaboração com a União, a construção ou instalação, até o terceiro ano de vigência deste PME, a implantação do Polo da UAB no município.	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Verificar a possibilidade junto a Universidade Federal do Paraná, com

					intuito de assegurar a qualidade da formação. Ampliar o prazo.
8-Garantir a formação continuada de professores, com o uso de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação com instituições de ensino superior e ações visando a alfabetização	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	Escola Conectada. Robótica Educacional.

META 15

Meta	Texto da meta	Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)
15	Valorizar os profissionais do magistério da Rede Pública da Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio aos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.	2025	Meta 17 do PNE.
INDICADOR			
INDICADOR 15A	Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da Educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com nível superior completo.	Prazo: 2025	
		Alcançou indicador?	
	Inviável para o município. A) PNAD é pesquisa amostra, não identificando-se, por tanto, fonte de dados publicados, desagregados e atualizados por município sobre rendimento médio de profissionais do magistério e demais profissionais assalariados; B) Tentou-se utilizar a Rais como alternativa, no entanto todos os professores estaduais encontram-se registrados na capital do estado (Curitiba) e consta na base de dados 94 municípios sem registro para professores da rede municipal.		

Meta 15					
Estratégias (da meta acima indicada)	Prazo	Previsão Orçamentária	Status	Executou estratégia?	Observações
1-Promover o avanço das políticas de valorização dos profissionais do magistério e equiparar o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais servidores da rede municipal de educação com escolaridade equivalente	2021	Não previsto	Parcialmente		O Município segue o piso nacional.
2-Avaliar no âmbito municipal os planos de carreira para os profissionais do magistério e do quadro geral, observando os critérios estabelecidos nas Leis Municipais nº 48/12 e 92/14.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.		Retomar os estudos junto às comissões.
3-Avaliar, a partir da vigência do Plano, a infraestrutura e o porte das instituições de ensino e criar gradativamente condições de trabalho para que todos desenvolvam suas atividades funcionais em espaços físicos adequados.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.		O Porte é adequado, mensalmente conforme o número de turmas.
4-Assegurar que, nos Centros Municipais de Educação Infantil, mantenha-se o Diretor e Documentador Escolar e para assessoramento pedagógico, um profissional habilitado em Pedagogia.	2025	Não previsto	Parcialmente		Todos os CMEI's possuem diretor, para a lotação dos Documentadores existe a necessidade de contratação, ação que será efetivada após a homologação do concurso público.

5-Criar um programa que vise a efetiva implantação de espaços de conforto, aos profissionais da educação, espaços culturais, de estudo e pesquisa nas unidades escolares.		Não previsto	Em desenvolvimento.		Parcialmente
6-Implementar ações de planejamento na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para todas as instituições educativas municipais, com vistas ao provimento das vagas de docentes na Rede Pública de Ensino, procurando reduzir o número de remoções e substituições no quadro de professores das escolas.	2025	Não previsto	Parcialmente		A implementação do piso nacional , a aplicação financeira do Plano de Carreira, amenizando a rotatividade, porém as remoções ocorrem conforme a LEI 48/2012 e também por interesse público.
7-Garantir a realização de teste seletivo em âmbito municipal para a função de Coordenador Pedagógico das Instituições Escolares.	2025	Não previsto	Parcialmente		Encontra-se em discussão no Conselho Municipal de Educação.
8-Garantir que as equipes técnico-pedagógicas mantenham-se atualizados sobre processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica, com vistas a buscar novas estratégias para o fortalecimento da Educação Pública de acordo com a legislação vigente.	2025	Não previsto	Sim		Constantemente.

META 16

Meta	Texto da meta										Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)
16	Assegurar no prazo de dois anos a melhoria do plano de carreira para os profissionais da educação básica da Rede Municipal de Ensino, tomar como referência o piso salarial nacional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do Art. 206 da Constituição Federal.										2017	
INDICADOR												
INDICADOR 16A	Possui Plano de Cargos e Remuneração vigente.										Prazo: 2025	
											Alcançou indicador?	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024/2025	
Meta prevista												
Meta executada no período (dado oficial)	Lei 48/12	Lei 48/12	Lei 48/12	Lei 48/12	LEI 48/12	LEI 48/12	LEI 48/12	LEI 48/12	LEI 48/12	LEI 48/12		
Meta executada no período (dado extraoficial)	Progressões pagas	Progressões pagas no 1º semestre	Progressões sem efeitos financeiros	Lei 142/17	LEI 142/17	LEI 142/17	LEI 142/17	Decreto 5558/21	Com efeitos financeiros	Com efeitos financeiros		
INDICADOR												
INDICADOR 16B	Plano de cargos e remuneração, em vigor, toma como referência o caput da meta 18.										Prazo: 2025	
											Alcançou indicador?	

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024/2025
Expansão	1.697,38	1.917,78	2.135,64	2.298,8	2.455,35	2.557,74	2.886,24	2.886,24			
Meta executada no período (dado oficial)	1.697,38	1.917,78	2.135,64	2.317,27	2.475,08	2.578,29	2.886,24	2.886,24	3.845,63	4.420,55	
Meta 16											
Estratégias (da meta acima indicada)	Prazo			Previsão Orçamentária			Status		Executou estratégia?		Observações
1-Avaliar e reformular o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) em conjunto com o Sindicato representante da categoria, a partir da vigência do PME, garantindo-se a representatividade e a participação dos Profissionais da Educação nas discussões para sua implementação	2017			Não previsto			Não se aplica		Parcialmente		A comissão precisa ser reativada.
2-Prever, no plano de carreira dos profissionais da educação, licenças remuneradas e incentivos para a qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação Stricto Sensu	2017			Não previsto			Não iniciado		Não		Fazer alteração no Estatuto e Plano de Carreira.
3-Assegurar e garantir o ingresso de todos os profissionais na rede municipal de ensino por meio de concurso público.	2017			Não previsto			Em desenvolvimento.		Parcialmente		Em caráter emergencial houve a necessidade de contratação de PSS para suprir a

					demanda de profissionais.
4-Garantir a publicitação do plano de carreira geral e do magistério na Rede Municipal de Ensino	2017		Concluído	Sim	Concluída
5-Garantir, na vigência do plano, a efetivação de Eleição para Diretor/Pedagogo da Escola do Campo independentemente do número de educandos na Comunidade respeitando sua especificidade	2017	Não previsto	Em desenvolv.	Sim	A Lei Vigente é a 1500/2021 que assegura tal ação.
6-Garantir a ampliação conforme a demanda dos profissionais na divisão de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, visando apoiar e ampliar as equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2017	Não previsto	Em desenvolv	Sim	Conforme a demanda anual.
7-Garantir a oferta de professores do Atendimento Educacional Especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias intérpretes para surdos cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues	2017	Não previsto	Em desenvolvimento.	Parcialmente	Conforme a demanda anual.

<p>8-Manter o serviço do Professor de Apoio Permanente Especializado aos educandos, conforme parecer avaliativo emitido pelo CMAEE, considerando o disposto das instruções nº 002/2012 e nº 004/2012, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.</p>	2017	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	<p>Nota técnica: Manter o serviço do Professor de Apoio Permanente Especializado aos educandos, conforme parecer avaliativo emitido pelo CMAEE, considerando o disposto na legislação pertinente ao tema.</p>
<p>8-Manter o serviço do Professor de Apoio Permanente Especializado aos educandos, conforme parecer avaliativo emitido pelo CMAEE, considerando o disposto na legislação pertinente ao tema.</p>	2017	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	<p>Em 2023 ocorreu a implementação o de trabalho colaborativo nas instituições de Ensino uma nova proposta para atendimento à demanda da Educação Especial.</p>

META 17

Meta	Texto da meta	Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)										
17	Assegurar, a partir da aprovação do PME, condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e a consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.	2025	Meta 19 do Plano Nacional										
INDICADOR													
INDICADOR 17A	Percentual de diretores de escolas públicas que foram escolhidos para a ocupação do cargo por meio de critérios técnicos de mérito e desempenho e de consulta pública à comunidade escolar.									Prazo: 2025			
	Alcançou indicador?												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta prevista	100	100	100	100	100	100	100	100					
Meta executada no período (dado oficial)	85			79									
Meta executada no período (dado extraoficial)	100			100			3,8			Incluído conforme relatório do 3º ciclo de monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP). * Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do Censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo INEP, não publicou as informações sobre as escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da			

											comunidade escolar. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados.
INDICADOR											
INDICADOR 17B	Percentual de existência de colegiado intraescolares (Conselho Escolar, associação de pais e mestres, grêmio estudantil) nas escolas públicas brasileiras.									Prazo: 2025	
										Alcançou indicador?	
ANO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Incluído conforme relatório do 3º ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).				
	70,5%	71,8%									
INDICADOR 17C	Percentual de existência de colegiado extraescolares (Conselho Estadual de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nas unidades Federativas.									Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação	
INDICADOR 17D	Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades Federativas.									Não se aplica aos municípios. Esse indicador se refere à situação nos Estados da Federação.	
INDICADOR 17E	Percentual de existência de colegiado extraescolares (Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nos Municípios associação de pais e mestres, grêmio estudantil) nas escolas públicas									Incluído conforme relatório do 3º ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).* porém, o indicador 17E não foi atualizado em 2021 porque o IBGE não publicou novas informações depois de 2018 sobre quantidade de órgãos extra escolares(Conselho Municipal de Educação,	

										Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) no Município. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados.				
ANO	2018	2022	2023	2024	2025	2025								
	100,0%													
INDICADOR 17F	<p>Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros de Conselho Municipal de Educação, Conselho de acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Conselhos de Alimentação Escolar pelos Municípios.</p>									<p>Incluído conforme relatório do 3º ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).* porém, o indicador 17F não foi atualizado em 2021 porque o IBGE não publicou novas informações depois de 2018 sobre quantidade de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos (Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) no Município. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida em 2021 por falta de dados.</p>				
ANO	2018	2021	2023	2024	2025									
	100,0%	33,3%												
Meta 17														
Estratégias (da meta acima indicada)		Prazo		Previsão Orçamentária			Status		Executou estratégia?		Observações			

1-Fomentar o Conselho Municipal de Educação, no sentido de implantar na vigência deste Plano o Sistema Municipal de Educação;	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Não iniciado.
2-Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos do FUNDEB, alimentação escolar, conselhos regionais e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	Ampliação dos programas por meio de formações, espaço para reuniões, disponibilização de transporte para as visitas in loco.
3-Constituir na vigência deste Plano o Fórum Municipal de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME	2025	Não previsto	Concluída	Sim	Instituído por meio da Portaria nº219/2017.
4-Fortalecer na Rede Municipal de Educação os órgãos colegiados, assegurando-se, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas por meio das respectivas representações, respeitadas suas autonomias.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	Sim	Representantes da Secretaria Municipal de Educação realizam formações continuadas e assessoramento aos órgãos colegiados.
5-Fortalecer os Conselhos Escolares nas escolas públicas, como instrumentos de participação e acompanhamento da gestão escolar e educacional, inclusive	2025	Não previsto	Em desenvol	Não	Lei 1150/2017 implementa os Conselho Escolar. Todas as instituições possuem seus conselhos e a Secretaria Municipal

por meio de programas de formação de conselheiros, nas Instituições Educativas					de Educação acompanha o andamento dos trabalhos realizados pelos mesmos.
6-Promover em regime de colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Estado da Educação e Conselho Estadual de Educação o fortalecimento do Conselho Municipal de Educação no que tange à execução de suas funções	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	sim	O Conselho Municipal de Educação é ativo. E desempenha as suas atribuições no que se refere a estudos bem como ao controle social.
7-Aprimorar o processo de planejamento de intervenções na rede física escolar, ampliações e melhorias dos prédios escolares, efetuadas diretamente pelos gestores escolares, a partir de diagnóstico da infraestrutura escolar e das aspirações da comunidade, promovendo maior autonomia, agilidade, transparência e participação da comunidade escolar	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Nota técnica para suprimir: Acórdão do TCE. Não cabe ao Diretor escolar a responsabilidade pela execução financeira de recursos. Retirada do PME.
8-Garantir o processo de Gestão Democrática para a escolha de diretores por meio da eleição direta em todas as Instituições Educativas, respeitando as especificidades dos mesmos.	2025	Não previsto	Concluída	Sim	No ano de 2022 ocorreu o processo de avaliação de mérito e desempenho, bem como a Consulta à comunidade escolar, conforme estabelece a meta.
9-Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, educandos e seus familiares na formulação das Propostas Pedagógicas, Currículos Escolares, Planos de Gestão Escolar e Regimentos Escolares, assegurando a	2025	Não previsto	Concluída	Sim	Sempre que necessária a reformulação dos PP's e do Regimento a comunidade escolar é convidada a participar. Referente às avaliações institucionais (todos os segmentos), são realizadas semestralmente . O termo de

participação dos pais na avaliação de docentes e Gestores escolares.					compromisso assumido pelos diretores no ato da posse também prevê a avaliação semestral.
Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de Gestão Financeira, por meio de Fundo Rotativo nas Instituições Educativas.					Nota técnica: suprimir, pois já contemplada na estratégia 17.7.
10-Garantir programas de formação de gestores escolares, bem como aplicar avaliação de desempenho específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o aprimoramento do trabalho.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	sim	Exigência do curso de gestores ofertado pelo AVAMEC no ato da inscrição de chapas para a consulta à comunidade escolar, bem como formação continuada no decorrer do ano letivo.
11-Criar na vigência do Plano a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação via Decreto Municipal, o qual realizará junto com a Rede Municipal de Educação avaliações anuais dos resultados obtidos, divulgando-os à comunidade escolar.	2025	Não previsto	Concluída	Sim	Fórum Municipal de Educação. Portaria 219/2017. Comissão Técnica, Portaria 11/2023.
12-Subsidiar o Conselho Municipal de Educação e Conselho Municipal do FUNDEB, quanto ao planejamento municipal da educação, na distribuição de recursos, no acompanhamento e avaliação das ações educacionais.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	A LOA e a LDO passam pela apreciação dos Conselhos, o CACS FUNDEB - realiza o controle social das ações planejadas no orçamento, bem como a prestação de contas
13-Garantir a continuidade de uma Gestão Democrática e participativa na Rede	2017	Não previsto	Concluída	Sim	Contemplada na Lei 1150/2017.

Municipal de Ensino, através da criação da lei que regulamenta os Conselhos Escolares.					
--	--	--	--	--	--

META 18

Meta	Texto da meta	Prazo	Observações/Relato sintético (opcional)										
18	Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 28% do orçamento municipal até o 4º ano de vigência desta lei e no mínimo o equivalente a 30% ao final do decênio.	2025											
INDICADOR													
INDICADOR 18A	Ampliar o investimento público em Educação Pública de forma a atingir, no mínimo, 30% dos investimentos municipais em Educação.										Prazo: 2025		
	Alcançou indicador?												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta prevista	25,00%					28,00%							
Meta executada no período (dado oficial)	25,31%	25,13%	25,32%	25,48%	30,48%	25,9%	26,34%	20,18%	21,96%				
Meta 18													

Estratégias (da meta acima indicada)	Prazo	Previsão Orçamentária	Status	Executou estratégia?	Observações
1-Aplicar e acompanhar, até o segundo ano de vigência do plano, investimento público na educação, definindo o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como parâmetro de referência para dotação orçamentária do Município e do financiamento da Educação Básica.	2017	Não previsto	Em desenvolvimento.	Parcialmente	O CAQ está inativo, pelo Governo Federal, de quem depende sua criação e implantação.
2- Promover a avaliação dos percentuais de investimento e custeio em Educação a cada três anos, devendo estes serem revistos pelo Legislativo e Executivo, para atender as necessidades financeiras do cumprimento das metas do PME.	2018	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	Seguir a Legislação Nacional quanto ao mínimo de aplicação na Educação.
3- Incentivar a comunidade escolar a realizar consulta ao portal da transparência das receitas e despesas do total de recursos destinados à Educação no âmbito Municipal e acompanhar a efetiva fiscalização da aplicação desses recursos por meio dos conselhos civis, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	O controle social é realizado pelos Conselhos, o Portal da Transparência encontra-se atualizado e disponível para consulta popular.
4- Fortalecer, em parceria com o Estado e a União, mecanismos e instrumentos que assegurem a transparência e o controle social, inclusive visando garantir a efetividade da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, na utilização dos recursos públicos aplicados em educação	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	O controle social é realizado pelos Conselhos, o Portal da Transparência encontra-se atualizado e disponível para consulta popular.
5- Monitorar a Educação Básica nos níveis da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, anos iniciais e em todas as modalidades e acompanhar	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	Nota Técnica: "Monitorar a Educação Básica nos níveis da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, anos

em regime de colaboração com o estado o Ensino Fundamental, anos finais e Ensino Médio.					iniciais em todas modalidades, cabendo ao Estado o monitoramento do Ensino Fundamental, anos finais e Ensino Médio.”
5- Monitorar a Educação Básica nos níveis da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, anos iniciais em todas modalidades, cabendo ao Estado o monitoramento do Ensino Fundamental, anos finais e Ensino Médio.”	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	Nota Técnica: “Monitorar a Educação Básica nos níveis da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, anos iniciais em todas modalidades, cabendo ao Estado o monitoramento do Ensino Fundamental, anos finais e Ensino Médio.”
6- Verificar a necessidade e garantir a contratação de professores e demais profissionais da educação, em consonância ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Parcialmente	Nota técnica: Retirar Cultura e Esportes.
6- Verificar a necessidade e garantir a contratação de professores e demais profissionais da educação, em consonância ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Parcialmente	As contratações são realizadas conforme a necessidade via PSS ou via Concurso Público.
7- Assegurar as condições necessárias para o funcionamento, em rede, do sistema informatizado de gestão escolar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e nas escolas municipais, garantindo as condições	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Parcialmente	Todas as instituições possuem a rede de conectividade da Prefeitura e também o Programa Escola Conectada.

necessárias para o acesso à rede mundial de computadores..					
8- Garantir em três (3) anos, a partir da vigência deste Plano, a construção de um Centro de Formação Continuada, com capacidade para acolhimento de todos os departamentos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.	2018	Não previsto			Nota técnica: "Realizar estudo de viabilidade técnica e econômica até 2021 para a construção de um Centro de Formação Continuada, com capacidade para acolhimento de todos os departamentos da Secretaria Municipal de Educação, garantir a inclusão no PPA 2021/2025.
8- "Realizar estudo de viabilidade técnica e econômica até 2021 para a construção de um Centro de Formação Continuada, com capacidade para acolhimento de todos os departamentos da Secretaria Municipal de Educação, garantir a inclusão no PPA 2021/2025.	2025	Não previsto			Foi incluído no PPA a construção da nova sede da Secretaria Municipal de Educação, na qual contará com o Centro de Formação Continuada
A partir da vigência deste plano buscar recursos financeiros (Financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) para construir, adequar e/ou reformar, equipar, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e das Unidades Escolares Municipais (GMAEE, GMEIS e ESCOLAS), conforme plano elaborado a ser dado início em no máximo no 1º ano de vigência..	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.

Garantir a expansão da frota de veículos automotores para o deslocamento dos servidores em acompanhamento técnico pedagógico às escolas e demais atividades afins..	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.
Garantir as condições necessárias à melhoria e manutenção da infraestrutura física adequando as instituições quanto à acessibilidade, as especificidades da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial na área urbana e do campo	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.
Adquirir, instalar e manter brinquedos de playground e outros brinquedos pedagógicos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, com recursos próprios ou repasse de verbas da educação.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.
Adquirir por meio de recursos próprios ou por repasses de verbas da educação mobiliários necessários e adequados aos diversos ambientes escolares.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.
Garantir aquisição e manutenção da frota, assegurando condições necessárias à oferta regular de transporte escolar para todos os estudantes que necessitem na área urbana ou do campo, para o ensino regular ou adaptado para transporte especial.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.

Adquirir com recursos próprios ou repasse de verbas da educação materiais e instrumentos musicais e eletrônicos de áudio e vídeo para a ampliação das possibilidades das aulas de música e da banda fanfara escolar, nas Instituições Educativas.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.
Adquirir com recursos próprios ou por meio de repasses de verbas da educação material pedagógico adequado ao ensino da cultura afro-brasileira, indígena e quilombola	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.
Garantir a aquisição de material e equipamentos esportivos para as Instituições Educativas, considerando as necessidades explicitadas no planejamento anual dos professores e na proposta pedagógica, incluindo as atividades de educação integral.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.
9- Definir em um prazo de 2 anos a descrição, estudo de impacto e levantamento de outras informações para a criação do Departamento de Tecnologia Educacional – DTEC, no quadro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e instituir a partir do 3º ano de vigência do PME.	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Nota Técnica: “Realizar estudo de viabilidade técnica e econômica até 2021 para a criação do Departamento de Tecnologia Educacional – DTEC, no quadro da Secretaria Municipal de Educação, garantir a inclusão no PPA 2021/2025.” Houve investimentos em tecnologia, porém o departamento realiza as ações de assistência técnica.

9- “Realizar estudo de viabilidade técnica e econômica até 2021 para a criação do Departamento de Tecnologia Educacional – DTEC, no quadro da Secretaria Municipal de Educação, garantir a inclusão no PPA 2021/2025.”	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Houve investimentos em tecnologia, porém o departamento realiza as ações de assistência técnica.
Regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por Lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.
Buscar recursos junto aos órgãos Estadual e Federal para garantir e priorizar a reforma ou construção das antigas unidades escolares municipal	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.
Garantir que na elaboração do orçamento anual os Conselhos Municipal de Educação e FUNDEB, participem efetivamente.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.
10-Garantir a elaboração de projeto de construção, estudo de impacto financeiro, a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação,	2025	Não previsto	Não iniciada	Não	Nota técnica: ampliação do prazo, estudo de impacto financeiro até 2021 e para

em no máximo 1 ano para apresentação, para a nova unidade do Centro Municipal de Atendimento Especializado – CMAEE, a ser construído em até 3 anos do PME.					construção e funcionamento até 2025. Garantir a inclusão no PPA 2021/2025." O CMAEE encontra-se em processo de licitação para início da construção no segundo semestre de 2023
11-Buscar recursos e garantir a contratação de profissionais especializados, visando ampliar o quadro já existente, por meio de concurso público, para atuarem no atendimento especializado no CMAEE.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Sim	A contratação de professores será efetivada após a homologação do concurso, porém não existe cargo específico para a educação especial ou para a atuação no CMAEE
Garantir que as novas unidades escolares sejam construídas em áreas nobres.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento	parcialmente	Nota técnica: Não é prerrogativa do Plano – Suprimir.
Garantir que os novos empreendimentos imobiliários sejam responsáveis pelo custo das novas unidades educacionais, com qualidade.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Parcialmente	Nota técnica: “Monitorar a autorização de novos empreendimentos imobiliários e sua responsabilidade pelo custo das novas unidades educacionais, com qualidade, conforme previsto no Plano Diretor Municipal”. Medidas mitigadoras.

12-"Monitorar a autorização de novos empreendimentos imobiliários e sua responsabilidade pelo custo das novas unidades educacionais, com qualidade, conforme previsto no Plano Diretor Municipal". Medidas mitigadoras.	2025	Não previsto	Em desenvolvimento.	Parcialmente	Nota técnica: "Monitorar a autorização de novos empreendimentos imobiliários e sua responsabilidade pelo custo das novas unidades educacionais, com qualidade, conforme previsto no Plano Diretor Municipal". Medidas mitigadoras.
---	------	--------------	---------------------	--------------	--

ANEXO
Nota Técnica

Número: 01/2023

Assunto: Nota técnica relacionada a Meta 2 do PME.

Exclusão da estratégia 2.10

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:.

O Município elabora o seu calendário escolar, tendo como base o Calendário Escolar da Rede Estadual de Ensino.

Análise técnica:

O Município elabora o seu calendário escolar, porém não há necessidade de elaboração de calendários diversos, uma vez que não dispomos de mudanças climáticas consideráveis para tal.

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, vota pela exclusão da estratégia..

Nota Técnica

Número: 02/2023

Assunto: Nota técnica relacionada a Meta 2 do PME.

Substituição de palavras do texto 2.11

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:

O Município dispõe do atendimento dos educandos na Escola do Campo onde observa-se as especificidades dessa comunidade.

Análise técnica:

O Texto da estratégia traz: Garantir a organização das turmas da educação do Campo, respeitando a especificidade das classes multisseriada, de acordo com o previsto na organização da Proposta Pedagógica e Regimento Escolar;

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, vota pela substituição do termo: “ Classe Multisseriadas, por Turmas Multisseriadas”.

Nota Técnica

Número: 03/2023

Assunto: Nota técnica relacionada a Meta 6 do PME.

Substituição de palavras do texto 6.3

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:.

Existe a necessidade do trabalho intersetorial para a implementação das estratégias apresentadas.

Análise técnica:

O Texto da estratégia traz: Implantar projetos e programas que viabilizem o desenvolvimento biopsicossocial do educando ao frequentar o contraturno I;

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, vota pela alteração do texto passando a vigorar com a seguinte redação: 3-Implantar em regime de parceria com Assistência Social/ Intersetorialidade, projetos e programas que viabilizem o desenvolvimento biopsicossocial do educando ao frequentar o contraturno I;

Nota Técnica

Número: 04/2023

Assunto: Nota técnica relacionada a Meta 6 do PME.

Ampliação do prazo 6.4

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:

Existe a necessidade de ampliação do prazo uma vez que na Rede Municipal de Ensino ainda não ocorreu a implementação da Educação em Tempo Integral.

Na referida instituição, para que isso ocorra existe a necessidade de ampliação do espaço físico.

Análise técnica:

O prazo estipulado na estratégia 2016.

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, votou pela alteração do prazo de 2016 para 2025.

Nota Técnica

Número: 05/2023

Assunto: Nota técnica relacionada a Meta 6 do PME.

Acréscimo no texto 6.5

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:

O Município recebeu nos últimos anos um quantitativo significativo de estrangeiros, para residir em vários bairros, dessa forma fazem a utilização dos serviços públicos:

Análise técnica:

A Estratégia em questão traz em seu texto: 5- Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, matriculadas na Rede Pública de Ensino;

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, votou pela inclusão da palavra “estrangeiro” passando a vigorar com o seguinte texto: 5- Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e estrangeiros, matriculadas na Rede Pública de Ensino;

Nota Técnica

Número: 06/2023

Assunto: Nota técnica relacionada a Meta 7 do PME.

Supressão das estratégias 7.5, 7.6 e 7.12

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:

O Município aplica os indicadores elaborados pela União.

A regulação da oferta de vagas pela iniciativa privada, na atualidade encontra-se sob a égide específica do Estado.

A criação do Conselho Municipal dos Direitos Humanos cabe à Secretaria de Assistência Social.

Análise técnica:

A Estratégia em questão traz em seu texto: 5-Constituir, em colaboração entre a União, o Estado e o Município, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do educando e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

Estratégia 7.6 : Promover em regime de colaboração com o Estado, a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

Estratégia 7.12: Garantir a criação do Conselho Municipal dos Direitos Humanos.

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, votou pela supressão integral das estratégias.

Nota Técnica

Número: 07/2023

Assunto: Nota técnica relacionada a Meta 8 do PME.

Substituição de termo na estratégia 8.2

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:

Há necessidade de parceria para a efetivação de tal estratégia.

Análise técnica:

A Estratégia em questão traz em seu texto: Estratégia 8.2: Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, votou pela substituição do termo, Fomentar por Garantir, passando a vigorar com o seguinte texto:

Garantir programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar

Nota Técnica

Número: 08/2023

Assunto: Nota técnica relacionada a Meta 10 do PME.

Organização da sequência numérica da estratégia 10.4

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:

Correção da sequência numérica.

Análise técnica:

Correção da sequência numérica.

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, votou pela correção da sequência numérica.

Nota Técnica

Número: 09/2023

Assunto: Nota técnica relacionada à Meta 14 do PME.

Alteração de prazo, substituição de termo , estratégia: 14.3

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:

Alteração de prazo, substituição de termo , estratégia: 14.3

Análise técnica:

A estratégia apresenta-se com o seguinte texto: 3-Garantir em regime de colaboração entre união e estado, no prazo de até dois anos de vigência deste PME, política de formação continuada em nível de pós-graduação (Lato Sensu e Strictu Sensu) aos profissionais da educação.

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, votou pela alteração do termo Garantir por possibilitar e alterar o prazo de 2017 para 2025.

Nota Técnica

Número: 10/2023

Assunto: Nota técnica relacionada à Meta 16 do PME.

Substituição de termo , estratégia: 16.8

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:

Substituição de termo , estratégia: 16.8

Análise técnica:

A estratégia apresenta-se com o seguinte texto: 8-Manter o serviço do Professor de Apoio Permanente Especializado aos educandos, conforme parecer avaliativo emitido pelo CMAEE, considerando o disposto das instruções nº 002/2012 e nº 004/2012, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, votou pela alteração do termo, passando a vigorar com a seguinte redação: 8-Manter o serviço do Professor de Apoio Permanente Especializado aos educandos, conforme parecer avaliativo emitido pelo CMAEE, considerando o disposto na legislação pertinente ao tema.

Nota Técnica

Número: 11/2023

Assunto: Nota técnica relacionada à Meta 17 do PME.

Suprimir a Estratégia 17.7

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:

Acórdão do TCE. Não cabe ao Diretor escolar a responsabilidade pela execução financeira de recursos. Retirada do PME.

Análise técnica:

A estratégia apresenta-se com o seguinte texto: 7-Aprimorar o processo de planejamento de intervenções na rede física escolar, ampliações e melhorias dos prédios escolares, efetuadas diretamente pelos gestores escolares, a partir de diagnóstico da infraestrutura escolar e das aspirações da comunidade, promovendo maior autonomia, agilidade, transparência e co participação da comunidade escolar.

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, votou pela supressão integral da estratégia considerando o Acórdão do TCE. Não cabe ao Diretor escolar a responsabilidade pela execução financeira de recursos.

Nota Técnica

Número: 12/2023

Assunto: Nota técnica relacionada à Meta 18 do PME.

Alteração de texto nas estratégias: Estratégia 18.5, 18.8 e 18.9

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:

Análise técnica:

A estratégia apresenta-se com o seguinte texto: 18.5- Monitorar a Educação Básica nos níveis da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, anos iniciais e em todas as modalidades e acompanhar em regime de colaboração com o estado o Ensino Fundamental, anos finais e Ensino Médio.

18.8- Garantir em três (3) anos, a partir da vigência deste Plano, a construção de um Centro de Formação Continuada, com capacidade para acolhimento de todos os departamentos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

18.9 - 9- Definir em um prazo de 2 anos a descrição, estudo de impacto e levantamento de outras informações para a criação do Departamento de Tecnologia Educacional – DTEC, no quadro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e instituir a partir do 3º ano de vigência do PME.

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, votou pela alteração no texto, passando a vigorar com o seguinte texto: 18.5- Monitorar a Educação Básica nos níveis da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, anos iniciais em todas modalidades, cabendo ao Estado o monitoramento do Ensino Fundamental, anos finais e Ensino Médio.”

18.8 - Realizar estudo de viabilidade técnica e econômica até 2021 para a construção de um Centro de Formação Continuada, com capacidade para acolhimento de todos os departamentos da Secretaria Municipal de Educação, garantir a inclusão no PPA 2021/2025.

18.9 - “Realizar estudo de viabilidade técnica e econômica até 2021 para a criação do Departamento de Tecnologia Educacional – DTEC, no quadro da Secretaria Municipal de Educação, garantir a inclusão no PPA 2021/2025.”

Nota Técnica

Número: 13/2023

Assunto: Nota técnica relacionada à Meta 18 do PME.

Substituição de texto, estratégia 18.6

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:

No ato da elaboração do PME existia apenas uma Secretaria na qual abrangia Educação , Cultura e Esportes com a criação das demais Secretaria existe a necessidade de adequação do texto.

Análise técnica:

A estratégia apresenta-se com o seguinte texto: 6- Verificar a necessidade e garantir a contratação de professores e demais profissionais da educação, em consonância ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, votou pela supressão do texto cultura e Esportes, passando a vigorar com o seguinte texto: 6- Verificar a necessidade e garantir a contratação de professores e demais profissionais da educação, em consonância ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

Nota Técnica

Número: 14/2023

Assunto: Nota técnica relacionada à Meta 18 do PME.

Substituição de texto, estratégia 18.12

Responsáveis pela elaboração: Fórum Municipal de Educação

Histórico:

O Plano Diretor do Município, prevê medidas mitigadoras para a implementação de novos empreendimentos.

Análise técnica:

A estratégia apresenta-se com o seguinte texto: 12- Garantir que os novos empreendimentos imobiliários sejam responsáveis pelo custo das novas unidades educacionais, com qualidade.

Conclusão:

A avaliação efetivada pelo Fórum Municipal de Educação e corroborada pela audiência pública, votou pela substituição do texto, passando a vigorar com a seguinte redação: 12-“Monitorar a autorização de novos empreendimentos imobiliários e sua responsabilidade pelo custo das novas unidades educacionais, com qualidade, conforme previsto no Plano Diretor Municipal”. Medidas mitigadoras.